

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

*Profissão Policial: efeitos de sentidos de ambivalência nos dizeres dos alunos-
policiais (o que dizem, como dizem e por que dizem?)*

LEONIDAS ROBERTO TASCHETTO

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Educação no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. REGINA MARIA VARINI MUTTI

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2002

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. Dentro desta sociedade, que é igualitária porque é próprio do trabalho nivelar os homens, já não existem classes nem uma aristocracia de natureza política da qual pudesse ressurgir a restauração das outras capacidades do homem.

Hannah Arendt, A condição humana (2001, p. 12-13)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	08
INTRODUÇÃO.....	10
1 A ÁREA TEMÁTICA DA PESQUISA.....	16
2 LEGITIMIDADE SOCIAL DA POLÍCIA NO BRASIL.....	19
2.1 Realidade atual da formação do policial e o controle externo.....	21
2.2 Dimensão técnica e dimensão ética na formação dos policiais.....	28
2.3 Curso de Ações Básicas de Segurança Pública.....	29
2.3.1 Minha atuação no curso.....	32
3 A SOCIEDADE DISCIPLINAR.....	34
3.1 Violência e criminalidade.....	39
3.2 Pedagogia dos Direitos Humanos e os limites da ação policial.....	44
4 ÉDIPO, PODER E AMBIVALÊNCIA.....	50
5 SUJEITO, IDENTIFICAÇÃO E DISCURSO.....	60
6 UM ENSAIO DE ANÁLISE.....	77
6.1 O estabelecimento do <i>corpus</i> discursivo.....	77
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXO	103

AGRADECIMENTOS

Quero tornar manifesto meu agradecimento à receptividade com que minha orientadora acolheu meu interesse em pesquisar a temática da segurança pública, e à sua preocupação pacientemente com que lidou com minhas inquietações durante todo o percurso da investigação, que foi curto em termos de tempo, mas profundamente intenso e mobilizador de mudanças.

À professora Nadja Hermann que, com seu estilo único e especial de pensar a educação, fez com que eu pudesse ressignificar sentidos outros ao “psicanalisar”.

Aos principais protagonistas de todo este processo: os policiais, alunos do Curso de Ações Básicas de Segurança: Uso da Força e da Arma de Fogo. Também aos professores da Academia de Polícia Militar, Academia de Polícia Civil e Escola da Susepe, que, sem o saberem, me ensinaram a construir uma interlocução possível entre a arte psicanalítica da escuta e a arte de educar.

Às amigas, psicólogas e colegas Ângela Freitas, Alneura Provenzi, Bernardete Pires, Renata Diniz, Zuleika Costa e Gisele Costa, pela experiência compartilhada, em sala de aula e fora dela; pela interlocução que estabelecemos em todos os momentos de impasse e transição.

Ao Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria da Justiça e da Segurança, pelo acolhimento à inovação na área pedagógica, pela liberdade de trabalho e pela confiança conferida ao meu interesse em participar ativamente na proposição e execução de alguns projetos ainda pioneiros e experimentais na relação entre saúde mental, trabalho e formação/atualização do policial.

Agradeço também, de forma muito especial, à amiga e colega Rosimeri Aquino, que tanto me incentivou a ingressar neste Programa de Pós-Graduação em Educação, assim como pelas possibilidades que ela me propiciou e que me conduziram, conseqüentemente, a pesquisar esta temática, dando início a um novo processo de mudança em minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

Agradeço às amigas e colegas Rosana Moura e Dóris Fiss. Rosana pelo longo percurso que já trilhamos juntos, pelos momentos difíceis, afetivos e acadêmicos que marcaram uma diferença subjetiva nesta difícil caminhada. Dóris pelo humor e incentivo constante. Às duas, em igual proporção, pelo crescimento proporcionado através de nosso grupo de interlocução sobre Psicanálise, Educação e História.

À Capes, que concedeu-me uma bolsa de estudos, tão essencial à realização de uma pesquisa com dedicação exclusiva, evitando dessa forma que problemas financeiros mais imediatos interferissem negativamente durante os dois anos de duração da investigação.

Por fim, dedico esta pesquisa ao meu pai, minha mãe e irmãs pela compreensão que tiveram em função de minhas ausências, pelo estímulo constante e importante reconhecimento do meu esforço.

RESUMO

Com o fim da Ditadura Militar, alguns importantes acontecimentos começaram a fazer parte do cotidiano nacional. A retomada do interrompido sistema democrático propiciou a instauração da Assembléia Nacional Constituinte, a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a conseqüente retomada do País do difícil processo de reconstrução social do Estado Democrático e de Direito.

Em certo aspecto, esta pesquisa estabelece laços com estes recentes acontecimentos de nossa história. Os efeitos de seus desfechos ainda potencializam inflamadas discussões e controvérsias. Não os tomamos enquanto “objetos” específicos de nossa investigação, mas os consideramos como fatores decisivos que provocaram críticas sobre as estruturas e o modos de funcionamento das instituições policiais.

A decisão em elegermos o discurso dos policiais, civis e militares, como foco de atenção desta pesquisa acarreta num encaminhamento da problemática da segurança pública para além das discussões acadêmicas, para além dos discursos especialistas e para além do discurso político sobre a questão. Esta forma de encaminhamento provocou a necessidade de investigarmos de que forma as demandas sociais e institucionais (e também políticas) de mudanças são significadas pelos próprios policiais.

Procuramos dar uma maior ênfase ao processo de construção da reflexão teórica, buscando em autores como Freud, Pêcheux, Bhabha, Foucault e Bauman subsídios que favorecessem a interlocução entre os respectivos campos de conhecimento a que se filiam esses autores.

Os pronunciamentos escritos dos alunos-policiais produzidos em situação de sala-de-aula foram brevemente analisados como ensaio, um exercício de análise inspirado nas reformulações propostas por Pêcheux em sua última reflexão teórica, expressadas no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, que veio a configurar o estabelecimento da Análise de Discurso de terceira época - AD3, ainda em processo de construção. Esse exercício de análise

procurou surpreender, através da identificação de marcas lingüísticas de ênfase, no discurso dos sujeitos-alunos-policiais, alguns efeitos de sentidos de ambivalência.

ABSTRACT

Related to the Military Dictatorship's decline, some important events began to make part of the national daily. The retaking of the interrupted democratic system propitiated the Constituent National Assembly instauration, the Federal Constitution promulgation in 1988 and consequent retaking of the Country to the difficult process of social reconstruction of the Democratic State of Right.

In certain aspect, this research establishes connections with these recent events of our history, their effects still provoke inflamed discussions and controversies. We did not take them as specific "objects" of our investigation, but we considered them as decisive factors that provoked critics on the structures and the institutions policemen's operation.

The choice in focus on the civil and military policemen's speeches in this research conducts to a direction in which the public safety's problem is discussed for besides the academic discussions, for besides the the specialist speeches and for besides the political speech on the subject. This direction form provoked the need of investigating the forms through what the social and institutional demands (and also politics) of changes are meant by the own policemen and also some specialists of the area position about the problem.

We tried to give a larger emphasis in the configuration of the theoretical reflection, looking for in authors as Freud, Pêcheux, Bhabha, Foucault and Bauman elements that made possible the dialogue among the author's respective knowledge fields.

The student-policemen's written pronouncements produced in class situation went shortly analyzed, an analysis exercice that was inspired in the theoretical reconsiderations proposed by Pêcheux in his last theoretical reflection, expressed in the book *O discurso: estrutura ou acontecimento*, that came to configure the establishment of the third Speech Analysis - AD3, still in process of construction.

This analysis exercise tried to surprise, through the identification of linguistic marks of emphasis, some effects of ambivalence senses associated to the policemen's profession historical constitution and the present social and institutional demands that are related to the policemen work.

INTRODUÇÃO

O senso comum carrega sabedoria, preconceitos, limitações, surpresas.

Separar e definir em dois lados as concepções de mundo, como se fossem dois campos colocados em pólos aparentemente opostos e antagônicos, dá a aparência de ser um movimento natural. Como se o mundo fosse dividido em dois, um lado oriente, outro lado ocidente: o primeiro, arrogantemente civilizado; o segundo, orgulhosamente religioso e “preso” à tradição, estabelecendo uma luta entre o bem e o mal, o certo e o errado, numa forçada dicotomia histórica entre teoria e prática que apresenta a supremacia absolutizada da experiência, do tempo cronológico, estabelecendo parâmetros de competência/incompetência. Assim, os veteranos do tempo protegem o altar do saudosismo, dos pré-construídos: a velha e “fundante” lógica binária ainda com muito vigor sustenta pretensas verdades.

Mas o que é o “senso comum”? Existe um limite seguro por meio de que possamos garantir que não fazemos parte do “mundo do lado de lá”, do “discurso do senso comum” ou da tradição? O híbrido pode ser encontrado no “discurso do senso comum”? O *hibridismo cultural*, o *entre-lugares* e a *diferença cultural* dos quais nos fala Bhabha (1998) são pérolas preciosas somente surpreendidas no jogo desconcertante de palavras que compõem a poesia inquietante dos poetas? E a *negociação* é uma categoria puramente racional que não habita as formações do inconsciente?

Alguns pronunciamentos dos alunos-policiais remetem ao senso comum. Mas, para além das evidências, constatamos que este também carrega ambivalência, contradição, conflitos, surpresas, negociação, revelações. As considerações escritas de alunos-policiais, aqui trabalhadas enquanto *corpus*, constituem um rico material a ser analisado, tanto pela novidade do tema como pela surpresa que podem causar. O que dizem os alunos-policiais sobre seu trabalho, sobre sua profissão? Como dizem? De que forma se posicionam? Que sonhos alimentam? Que sentidos atribuem sobre o curso do qual participam como alunos? Como se posicionam em relação à atual política de integração na segurança pública? Como entendem que deva ser a formação profissional

do policial?

Muitos pensadores foram e ainda são fortemente inspirados a criticarem a problemática persistência da lógica dualista no âmbito das relações humanas, da “política prática”, das teorias e do campo das idéias.

Freud e Nietzsche foram os pensadores que mais causaram estragos na lógica cartesiana e, conseqüentemente, na idéia de progresso proposto desde o Iluminismo. Nietzsche, através da sua crítica radical à filosofia da consciência, desconstruiu verdades até então “sagradas”, inquestionáveis porque consideradas essencialistas; vociferou contra a fé de rebanho a que a religião submetia os homens, inaugurando um “estilo” radicalmente perspectivista de filosofar.

Na contramão da lógica cartesiana e do positivismo reinante de sua época, Freud introduz uma “lógica” outra de funcionamento do inconsciente, os atos falhos de linguagem, os sonhos, os chistes, os lapsos de memória: o outro da razão fazendo sombra na luz forte e sempre acesa dos ideais iluministas. A ambivalência emocional, termo cunhado por Bleuler, amplamente utilizado por Freud, assumirá uma importância central e definidora, em especial na obra *Totem e tabu*, produzida entre 1912 e 1913, utilizada como uma das fontes de inspiração para esta pesquisa. A errância do homem a partir de sua íntima relação com a linguagem irá desestabilizar os fundamentos mais caros da filosofia da consciência. Assim, Freud irá surpreender-se justamente com aquilo para o qual até então ninguém dera a devida atenção ou então fora “varrido para debaixo do tapete”.

Segundo Bauman (1999), desde os primórdios do projeto de construção do Estado moderno, a contradição e ambivalência passaram a representar ameaças à sobrevivência da sociedade disciplinar que estava surgindo.¹ As promessas de progresso tecnológico para a melhoria de vida dos homens, a superação da exclusão social, e mais tarde o processo, ainda em curso, de um projeto de mundo globalizado², são provas da tentativa de convencer a todos

¹ Acreditamos na existência de uma perversa familiaridade entre os movimentos de expurgo da ambivalência e os movimentos de negação ou relativização dos direitos humanos. Expurgando-se a ambivalência do humano tem-se um certo enfraquecimento do poder da diferença, pois a ambivalência é pré-condição à prevalência da diferença.

² O termo globalização está na ordem do dia e com freqüência é utilizado de forma pouco precisa. Empregamos o termo conforme Bauman (1999) o utilizou em *Globalização: as conseqüências humanas*, relacionando a escalada frenética do processo de globalização da economia ao progressivo enfraquecimento da presença da Nação-estado, abrindo-se uma impactante divisão entre Estado e economia. Entretanto, destacamos a existência de outros

de que não existe contradição naquele projeto. Em *Modernidade e Ambivalência*, Bauman(1999b) vai dizer :

No reino intelectual como no reino político, a ordem deve ser tanto exclusiva quanto abrangente. Assim a tarefa de duas pontas funde-se em uma : a de tornar clara e nítida a fronteira da “estrutura orgânica”, quer dizer, “excluir o meio”, suprimir ou exterminar tudo o que seja ambíguo, tudo que fique em cima do muro e portanto comprometa a distinção vital entre dentro e fora. Instaurar e manter a ordem significa fazer amigos e lutar contra os inimigos. Primeiro e antes de mais nada, porém, significa expurgar a ambivalência (p.33).

Adorno e Horkheimer (1985), em *Dialética do esclarecimento*, já criticavam o projeto iluminista, afirmando:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo (...) No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade (...) O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o

autores que abordam o assunto a partir de outros enfoques, como é o caso do brasileiro Octávio Ianni (1999), que faz uma belíssima e minuciosa apresentação do complexo processo de transculturação do mundo moderno e contemporâneo, no artigo *Sociedade global, história e transculturação*.

esclarecimento (p.19, 21).

As atuais práticas policiais podem ser produtoras ou incentivadoras de inclusão ou de exclusão social, tanto em países de pouca tradição democrática como em países de muita tradição democrática. O divisor de águas residirá simplesmente entre práticas sutis de discriminação social e individual e práticas oficialmente permitidas ou legitimadas no caso de países com pouca ou nenhuma tradição democrática? Responder positiva ou negativamente a esta questão é ficar numa posição cômoda, é aceitar que o mundo e as pessoas que nele habitam são classificáveis em dois tipos distintos. Seria o equivalente a dizer que o "bom policial" é civilizado, educado, um humanista preocupado com as discriminações à sua volta, um promotor de cidadania; e, por outro lado, o "mau policial", aquele que discrimina e age ainda conforme o que se costuma entender como o modelo da tradição da ditadura militar no Brasil.

Por certo que jogar um véu sobre a ambivalência constitutiva de todo "discurso do senso comum" torna os gestos de interpretação e descrição muito mais legíveis, sem margem à resistência inconsciente do sujeito desejante. Aparar as arestas, limpar as sobras, ocultar as sombras e os equívocos com uma análise estritamente lingüística, ou seja, análise impregnada de lógica cartesiana, vai desvelar um sujeito senhor de suas palavras e de seus atos, portanto um sujeito que se vê iluminado, ou um sujeito totalmente "assujeitado", um produto "perfeito" da tradição que, sem resistência, molda-se à aparente positividade do mundo à sua volta.

O modelo brasileiro de *ordem e progresso*, estampado inclusive em nossa bandeira, carrega a imagem da índole de um povo pacífico e ordeiro. O ideal positivista no Brasil muito "triunfou" e forjou a necessidade de construção de uma identidade nacional ordeira, com forte "vocaçãõ" ao distanciamento e silenciamento diante dos conflitos sociais. Uma "vocaçãõ" intimamente associada ao caráter oficial e desumano de que as instituições policiais dispuseram para fazê-la vingar. Nossa pouca experiência democrática com os movimentos sociais são uma prova concreta dos efeitos desse modelo de sociedade a que fomos submetidos por longos períodos. Conseqüentemente, cabe colocar: se nossos policiais são alvo de nosso repúdio, vergonha nacional e de nosso descontentamento, precisamos nos perguntar até que ponto nos implicamos com esta crítica.

Somos uma das maiores economias do planeta, mas temos uma das menores distribuições de renda. Algo parece continuar a não funcionar. Mudamos, mas ao mesmo tempo parece que não sentimos os efeitos dessa

mudança no nosso cotidiano. Algo insiste em se repetir. Um claro exemplo desta sensação de paralisia reflete-se no último relatório produzido pela Anistia Internacional sobre a tortura policial no Brasil, entregue às autoridades brasileiras e aos organismos envolvidos direta e indiretamente na promoção dos direitos humanos. Este relatório aponta a continuidade bastante acentuada da tortura e a permanência da impunidade de seus executores, colocando em questionamento os atuais modelos de que dispomos no que concerne à formação do agente de segurança pública e os princípios que a norteiam. E mais: implica a necessidade de nos perguntarmos sobre a estrutura e o funcionamento de nosso sistema judiciário. Enfim, após um longo período de ditadura militar ingressamos há mais de uma década na retomada do interrompido regime democrático. Seria necessário admitirmos que tivemos muito pouco tempo para que nossas práticas cotidianas ressignificassem sentidos de abertura?

Nesta pesquisa, tentamos uma aproximação das fronteiras ou das margens deslizantes de efeitos de sentidos construídos no acontecimento da própria crise em que se encontram as instituições policiais. Fronteiras ou margens porque somos pouco pretensiosos na crença de que se possa atingir o que fundaria e inauguraria o acontecimento da crise, sua essência ou o seu núcleo. Por isso nos impressionam muito mais as fronteiras e as margens. Aquilo que pode passar despercebido, secundário e superficial, é o que nos causa estranheza. Estranheza não somente no sentido exótico do termo, mas em especial no sentido de admiração, fascinação, encanto e consideração, na medida em que nos reconhecemos na estranheza e na ambivalência.

Muitas temáticas são apontadas pelos alunos-policiais em sala de aula e nos pronunciamentos escritos que colhemos durante os anos de 2000 e 2001. Impossível elencá-las todas e quanto menos ainda poderíamos classificá-las em grau de importância ou em grau de associação ou aproximação com a constituição identitária da profissão de policial. Certamente que o repetível é percebido sem muito esforço por parte de qualquer um que se depare com os depoimentos escritos. Entretanto, procuramos selecionar, na medida do possível, a partir de mais de trezentos depoimentos escritos produzidos em sala de aula, um recorte (ver anexo) que representasse sua heterogeneidade.

Nesse sentido, cabe lembrar que Pêcheux (1997), ao afirmar que as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender”, vai denunciar a ilusão da postulação de um sujeito-origem ausente de resistências e contradições. Portanto, lançar um olhar sobre as instituições policiais, constatando que a resistência do sujeito-policial desconstrói a crença

de uma suposta unidade institucional, torna-se indispensável. Ao ingressar nessas instituições, o sujeito já traz uma bagagem que irá interagir com as redes de sentidos institucionais. Sentidos de resistência são evidenciados com muita frequência, confirmando este postulado de Pêcheux; desse modo, o sujeito-policia não consistiria numa mera reprodução identitária fixa e homogênea; ao contrário, constitui, esse sujeito, sua subjetividade de um modo sempre singular.

Cabe ainda destacar que a iniciativa de introdução da temática dos direitos humanos nos debates em sala de aula, no Curso de Ações Básicas de Segurança Pública: O Uso da Força e da Arma de Fogo, por intermédio de disciplinas do campo das Ciências Humanas, desencadeia conflitos, pois trava força com concepções clássicas do fenômeno da violência e da criminalidade. Estas concepções são sustentadas a partir de paradigmas dualistas, cristalizadas no seio das instituições policiais, conseqüentemente acabam se refletindo nas práticas e nas abordagens policiais³.

Ensaio de análise, prenúncio de análise, crepúsculo de interpretação. Nesse sentido, parece-me que qualquer análise feita é uma proposta de análise, possível naquele momento específico, ou seja, um esboço de análise, um ensaio, um trabalho inacabado constantemente sujeito a efeitos de sentidos outros. Trabalhar as e nas fronteiras não é negar a existência de um centro, um vértice, mas perceber que o centro é criação imaginária do humano, portanto, admitir a escapância de sentidos das margens e fronteiras que desconstituem o centro enquanto unidade é também destituir este centro de uma essência constitutiva de sentido, atribuindo a ele um caráter também imaginário.

³ A este assunto dedicamos uma atenção especial ao longo de toda a pesquisa, especialmente nos capítulos 2, 3 e 6.

1 A ÁREA TEMÁTICA DA PESQUISA

Caminhos e descaminhos do heterogêneo processo de constituição da identidade do policial. Discursos que mesclam influências diversas, oriundos dos mais variados lugares, campos e posições. Quase todos querem se fazer presentes, ou como ouvintes ou como falantes. *Experts* (LYOTARD, 1986), palpiteiros, técnicos e pesquisadores, discursos leigos e discursos especialistas, críticos do presente e assustados com os prognósticos para o futuro. Saudosistas assumidos ou defensores ferrenhos do “novo”, da mudança urgente, estrutural e absoluta. Associações que vão se tecendo, mesclando temáticas, no cruzamento complexo de discursos outros que buscam uma autoria, coletiva ou narcisicamente individual.

De um lado, policiais civis e militares cada vez mais reclamam do escasso reconhecimento social do seu arriscado ofício, denunciam a inexistência de democracia nas organizações policiais militares, a escassez de espaços que estimulem o diálogo, a rígida estrutura hierárquica, as desigualdades salariais, as condições técnico-operacionais e a “loucura do trabalho”. De outro lado, a sociedade civil pede eficiência do policial, quer sentir-se segura e protegida. Desconhecendo o funcionamento dessas instituições e acreditando que a redução dos índices de criminalidade e de violência dependem essencialmente de investimentos na infra-estrutura do aparato policial ou das questões técnico-operacionais, a sociedade brasileira como um todo ainda associa de forma direta o aumento e a banalização da violência com a suposta inoperância da polícia. Esta forma de interpretação vincula-se à disseminada crença de que a violência é um problema a ser enfrentado pela polícia, enfraquecendo a íntima relação entre a crepuscularização do contrato social e a problemática do aumento da violência. Assim, a violência é vista como um mero reflexo do *déficit* policial e não como um problema social a ser enfrentado por toda a sociedade.⁴

De certa forma, esta pesquisa também procura investigar a nova

⁴ Esta espécie de argumento é com frequência utilizado também pelos próprios policiais, que acabam, por sua vez, responsabilizando o Governo pelos acertos e desacertos sobre tudo que diga respeito à segurança pública.

proposta do Governo do Estado na área de educação para os trabalhadores da segurança pública: Brigada Militar, Polícia Civil e Superintendência dos Serviços Penitenciários. Mais especialmente a partir da criação do Curso de Ações Básicas de Segurança Pública: O Uso da Força e da Arma de Fogo como um inaugural e tenso dispositivo de normatização das ações policiais. E são exatamente essas relações que terminam por orientar o trabalho em torno de eixos articulados à instituição policial, à educação e ao processo de identificação dos policiais.

Entretanto, não se trata aqui da pretensão de investigar exclusivamente a política pública de formação e atualização dos policiais civis e militares. Interessa-nos, especialmente, observar como as ressonâncias dessa proposta de Governo aparecem no discurso dos policiais, imbricando-se na constituição da sua identidade enquanto policiais, interferindo na subjetividade desses sujeitos.

A indicação desse referencial atesta, desde já, que não desconhecemos os perigos da crença na constituição de Uma identidade policial, nem tampouco a crença numa identidade institucional. Acreditamos que o Um é apenas efeito imaginário de nossa "ferida narcísica" - para usar um termo psicanalítico, pois a totalidade só pode ser entendida enquanto engano constituinte da própria linguagem. Sendo assim, utilizamos o termo identidade cientes de sua impossibilidade enquanto unidade ou totalidade. Na parábola do exilado de Rushdie (apud SIGNORINI, 2001), a figura de Arlequim impossibilita qualquer tentativa de se atingir uma essência; ele não é profundo nem superficial, seu infinito descascamento não revelará senão sua própria não-essência.

A polícia consiste num "mundo" colocado à parte, pouco visível em suas estruturas internas pela maioria leiga, quase sempre demandada em momentos críticos nos quais acredita-se na intervenção apenas pelo uso da força física. Os leigos desconhecem este mundo, ignoram o funcionamento dessas instituições que formam os policiais e quanto menos são capazes de imaginar debaixo da farda ou das insígnias um semelhante, forte e fragilizado, descontente e alegre, inseguro e quase sempre crítico do poder superior daqueles que eles próprios acreditam que determinam o futuro do fracasso ou do sucesso de sua profissão.

Portanto, nossa questão de pesquisa se situa a partir do que dizem os sujeitos-policiais, alunos do referido Curso de Ações Básicas, na disciplina de Desenvolvimento Humano e Social, na qual enfocam a sua condição de ser policial, no contexto atual. Buscamos uma reflexão sobre os processos que intervêm na constituição da subjetividade do policial, à luz de referenciais

discursivo, psicanalítico e filosófico, tendo em vista promover subsídios à educação continuada do policial.

Nesse sentido, tendo em vista a exposição feita até aqui, constituímos alguns objetivos a partir de nosso interesse na investigação da segurança pública, embora ainda em processo inicial e formulados com amplitude. Dentre esses objetivos, destacamos dois em especial, cuja estreita conexão com nosso percurso no campo da Psicanálise e da Educação remetem à necessidade de uma interlocução entre ambas, interlocução esta que consideramos indispensável e muito profícua. O primeiro objetivo remete à necessidade de que esta investigação a que nos propomos aqui contribua na construção de um conhecimento específico na área da Psicologia voltada à segurança pública, de modo que a Psicologia ganhe sentido na educação continuada do policial. O segundo está mais vinculado ao campo da Educação e visa contribuir para subsidiar o trabalho pedagógico do psicólogo para a formação continuada do policial, constituindo um público crítico desse campo de conhecimento.

2 LEGITIMIDADE SOCIAL DA POLÍCIA NO BRASIL

Por intermédio dos debates suscitados em sala de aula, assim como através dos pronunciamentos escritos dos alunos-policiais, verificamos que é consenso da maioria dos policiais a necessidade de uma mudança quanto ao prestígio e reconhecimento social da polícia.

Algumas pesquisas de opinião pública apontam para um sucessivo descrédito da população em relação ao trabalho oferecido pelas polícias. Também constatamos o sucessivo interesse dos meios de comunicação de massa pela temática, em especial pelos efeitos causados pelos índices de violência e criminalidade apontados por estas pesquisas. Programas televisivos acabam estimulando a comparação entre a suposta eficiência dos serviços de segurança oferecidos por empresas de segurança privada e os serviços oferecidos pela instituições policiais públicas; não raras vezes, sequer fazendo uma distinção entre as esferas do público e do privado. Não é nosso objetivo aqui entrarmos na discussão ou análise destas pesquisas e dos debates "públicos", nem nas suas possíveis superficialidades ou profundidades. Queremos apenas referir que estas pesquisas refletem, mesmo que a grosso modo, um certo consenso social em torno da questão.

Mas o que mais chama a atenção é a importância atribuída ao Governo em relação à possibilidade de mudança desta imagem tanto por parte da população como por parte dos próprios policiais. A construção de uma imagem boa ou má sobre a polícia é geralmente apontada como uma atribuição e responsabilidade da atuação do Governo. Raramente observa-se um posicionamento que coloca o próprio policial como um construtor desta imagem. Os policiais muitas vezes consideram-se apenas vítimas de um suposto descaso do Governo na proposição efetiva de uma política de segurança pública séria que resgate a dignidade do trabalho policial.⁵

Com o título sugerido aqui, nosso objetivo não consiste em aprofundar

⁵ Este tema será desenvolvido no capítulo destinado à análise das marcas lingüísticas identificadas nos pronunciamentos escritos dos alunos-policiais.

esta problemática, antes sim relacioná-la como uma importante influência na maneira como muitos policiais se posicionam. Soares (2000), durante o pouco tempo em que assumiu a responsabilidade de implantar uma nova política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, não desconhecia os perigos da interpretação grosseira que costumava atribuir o descrédito da população em relação ao trabalho da polícia quase sempre à falta de investimentos, inexistência de controle externo, baixos salários, dentre outros fatores. A imagem negativa/positiva atribuída à polícia é também responsabilidade de cada policial:

Primeiro, é preciso que se diga que a vontade de mudar práticas e imagens institucionais, antes de ser da sociedade e dos gestores da política pública de segurança, é dos próprios policiais bem-intencionados, que desejam e merecem o reconhecimento e o respeito de todos (SOARES, 2000, p.93).

Os depoimentos e os pronunciamentos escritos dos alunos-policiais não deixam dúvidas sobre a questão da imagem institucional. As atividades policiais são árduas, perigosas, estressantes e carregadas de uma dose diária de imprevistos, surpresas, talvez por isso mesmo se manifeste o acomodamento em relação à necessidade de mudança da imagem negativa. O “discurso da queixa” também cumpre uma “importante” função: a repetição e a manutenção do sintoma. Os raros espaços institucionais de incentivo da saúde mental do policial, quando existem, estão mais a serviço da manutenção do corporativismo institucional do que decisivamente implicados em tratar a questão como uma problemática também individual; ou então verificamos a falta de informação e preparo dos profissionais da área da saúde mental, que acabam dissociando mundo do trabalho e adoecimento psíquico.

Um dos grandes paradoxos que acompanham a melhora dos serviços policiais é o visível aumento no número de crimes registrados, o que pode ser interpretado por muitos como aumento nos índices de violência e criminalidade. O aumento de registros pode ser apenas uma consequência do crédito positivo atribuído ao trabalho da polícia, pois, a partir do momento em que uma maior confiança é creditada à polícia, a subnotificação diminui. Algumas experiências ligadas à implantação do policiamento comunitário em bairros comprovam que as “cifras negras” têm relação direta com o aumento da credibilidade no trabalho da polícia e não como muitos acreditam: aumento de criminalidade.

Dizer que nossas polícias regrediram ao estado de barbárie é crer que tivemos outrora um modelo melhor. Não é o que acreditamos estar acontecendo, pois cada vez mais essas instituições deixam de ser caixas-pretas às quais poucos tinham acesso, ou por força dos movimentos sociais ou por força do controle externo instituído, por força da CFB/1988, através do Ministério Público, estando cada vez mais sujeitas a uma maior visibilidade; tal fato pode dar a aparente impressão de que estão em franco declínio.

2.1 A realidade atual da formação do policial e o controle externo

É bastante heterogênea a formação cultural-educacional dos policiais que atualmente compõem o quadro de trabalhadores deste setor do Rio Grande do Sul. No último concurso estadual destinado a agentes de segurança pública (policial civil, policial militar e agente penitenciário), foi exigido curso superior aos candidatos às vagas para a Polícia Civil e escolaridade média às vagas destinadas à Brigada Militar e à Superintendência de Serviços Penitenciários. Obviamente que este pré-requisito, estabelecido a partir de então, não corresponde à realidade do nível de formação dos demais policiais, ou seja, policiais com dez, quinze, vinte anos ou mais de tempo de serviço. Se por um lado temos policiais com escolarização limitada ao ensino fundamental, por outro lado constatamos policiais com nível superior e alguns até mesmo com pós-graduação, sendo não raro observar essas diferenças no nível de escolaridade entre policiais desempenhando o mesmo cargo ou função.

No que tange à questão da integração entre as polícias e de suas implicações no processo pedagógico de inclusão das diferenças de formação cultural e acadêmica, detectamos uma disposição da atual política da Secretaria da Justiça e da Segurança em firmar uma proposta de construção de um perfil de atuação comum tanto para a Polícia Civil como para a Brigada Militar e os servidores da Superintendência de Serviços Penitenciários. Essa disposição parte da atual realidade, em que se percebem modos distintos de compreensão do trabalho policial entre as instituições policiais. Se as estruturas das polícias são diferentes, seus modos de intervenção, as técnicas e os pressupostos também o são. Conforme documento do Curso de Ações Básicas, promovido pela Secretaria da Justiça e da Segurança, observamos que:

A proposta do curso parte do marco teórico da Secretaria da Justiça e da Segurança que propugna pela construção de um perfil de atuação para seus órgãos (em nível de planejamento e administração) e seus agentes (em nível de execução), voltado para o respeito à dignidade da pessoa humana e o direcionamento das suas ações para a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação, dentro dos propósitos do Estado Democrático de Direito (arts. 1 e 4 da CF/88). A dimensão da garantia e efetivação dos direitos humanos pelos órgãos da Secretaria é a base fundamental que orienta as ações no campo da segurança pública, sendo o referencial para o ensino nesta área (SJS, 2001, p.1).

Proporcionar uma integração de princípios comuns a todos os policiais, independente da instituição a qual pertençam, parece-nos ser o carro-chefe do Curso de Ações Básicas de Segurança Pública: Uso da Força e da Arma de Fogo.

Destacamos, também, o investimento que tem sido feito na área técnica, com especial atenção no aspecto da padronização em todo o território estadual dos procedimentos a serem adotados nas abordagens policiais, suscitando muitas discussões e interlocuções com profissionais das Ciências Humanas. Nesse sentido, não há precedentes na história da formação de policiais no Brasil de qualquer proposta de curso que tivesse como objetivo a sedimentação de princípios comuns a todos os policiais. Por isso mesmo, não podemos estranhar as resistências quanto a este tipo de iniciativa, pois acarreta numa significativa e importante reestruturação de princípios das instituições policiais, seus modos de funcionamento, a forma de distribuição de poderes, e, por fim, o modo de intervenção do trabalho policial na atividade fim, ou seja, nas abordagens policiais cotidianas.

Também consideramos relevante a reintrodução dos propósitos do Estado Democrático e de Direito no Brasil, após o fim da ditadura militar, como um forte estímulo, senão um determinante, na condução de políticas públicas de segurança que cada vez mais são forçadas a levar em consideração os acordos e tratados internacionais de direitos humanos.

Cabe ainda destacar que a base curricular do Curso de Formação

Integrada dos Profissionais da Secretaria da Justiça e da Segurança de nosso Estado foi estabelecida através de uma parceria entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério Público e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas. A iniciativa recebe o elogio da Organização das Nações Unidas como sendo uma proposta inovadora no Brasil, pois agrega à proposta importantes bases curriculares, com a inserção de disciplinas de cunho humanístico, amparadas fundamentalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma resolução histórica da Assembléia Geral das Nações Unidas, datada de 10 de dezembro de 1948.

Acreditamos relevante destacar outra mudança que gradativamente vem acontecendo em alguns Estados do Brasil, em especial a partir da experiência aqui no Rio Grande do Sul, desde 1999, no Amapá e, de forma descontínua, no Rio de Janeiro. Trata-se da progressiva participação de universidades estaduais e federais na questão da formação e atualização de policiais. Essa participação de instituições outras intervindo na formação de policiais acaba interferindo, direta ou indiretamente, nos modos de funcionamentos das instituições policiais, pois a disposição em abrir canais de interlocução propicia um repensar sobre o *modos operandis* das estruturas policiais. A participação de universidades na formação de policiais também acaba interferindo nas velhas práticas corporativas das polícias, senão eliminando-as pelo menos enfraquecendo-as, pois, tradicionalmente, a formação e a atualização dos policiais estiveram sob responsabilidade exclusiva das instituições policiais. O quadro de docentes das academias de polícias e das escolas vinculadas ao Sistema Penitenciário era composto quase que em sua totalidade por policiais graduados e/ou pós-graduados ou então por policiais com larga experiência na área. Raramente havia demandas de quadros externos às polícias. Entretanto, verificamos mudanças evidentes na atual política pública na área do ensino policial da Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, em especial a partir da composição do quadro de docentes, muitos destes oriundos dos cursos de pós-graduação de algumas universidades.

Passaremos agora a fazer algumas considerações sobre o chamado controle externo das polícias, pois acreditamos que interfere nas estruturas e no funcionamento das propostas do ensino policial, assim como aparece nos próprios depoimentos dos policiais, traduzidos muitas vezes como receio de "perda de identidade". Analisaremos, mesmo que de forma sucinta, o controle externo instituído constitucionalmente e o controle externo exercido por

instituições outras. Mantivemos o uso do termo controle porque é largamente utilizado, inclusive no texto constitucional, embora o consideremos inapropriado, pois pode induzir a um sentido de controle instituído autocraticamente, o que não deixa de ser verdadeiro; entretanto, entendemos que, no caso do controle externo exercido por instituições outras, é operada uma dinâmica diferente de funcionamento.

O controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público foi estabelecido a partir da Constituição Federal de 1988. Segundo Silva (2002), no artigo *Considerações sobre o controle externo das polícias*:

O sistema preconizado no texto constitucional passou a pressupor, para todas as funções do Estado, a necessidade de controle de uma instituição por outra, a chamada fórmula de freios e contrapesos, que não só impõe a necessidade do correto e efetivo funcionamento do Poder Público, mas traduz a essencial garantia da realização de direitos fundamentais e sociais (Idem, p. 145).

Prosseguindo no texto, o autor faz uma referência mais direta sobre a questão do exercício do controle externo das atividades policiais:

A própria Constituição impõe ao Ministério Público a titularidade única da ação penal pública. Em razão deste fato, é o destinatário de todo o trabalho investigatório da polícia. Somente o Ministério Público pode avaliar se o fato caracteriza ilícito penal que deve ser punível ou não. Caso entenda que deve ajuizar a ação penal, o faz denunciando. Caso entenda que seja caso de arquivamento, submete o pedido ao Judiciário. Se o Poder Judiciário entender que é caso de denúncia, devolve ao Ministério Público que, discricionariamente, irá denunciar ou não. Esta é a posição conseqüente da afirmação prevista no artigo 129, inciso I, da Constituição Federal. [...] Assim, sendo o titular da ação penal com esta grave missão de agir em nome

do Estado na persecução penal, determinou o legislador constituinte que exercesse o Ministério Público o controle externo da atividade policial, pois destinatário de toda a atividade investigativa da polícia (Idem, p. 148).

Conforme referimos anteriormente, propomos duas formas de controle externo das atividades policiais, uma prevista no texto constitucional, outra mais "sutil", não estabelecida formalmente em nenhum texto, seja na Constituição seja nas próprias normas e regulamentos internos das instituições policiais. Esta segunda forma de controle age muito mais diretamente nos processos de subjetivação. Mas antes de prosseguirmos em nossas considerações sobre esta segunda forma de controle, continuaremos a discutir sobre o controle externo constitucional a partir de outra perspectiva, abordada pelo atual Secretário de Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, José Paulo Bisol:

Algo semelhante a uma idéia querendo nascer, simples e estranha em sua emergência, me persegue desde que me foi possível observar, dia a dia, as polícias em ação: a de que são instituições cuja principal característica consiste em se situarem como que fora do conjunto das demais instituições. Operam como se fossem instituições à parte ou como se fossem instituições de outro Estado. Ou, mais precisamente, assumem-se como exceção institucional em relação à institucionalidade como conjunto ou universo. Esse postular-se como exceção parece um fenômeno político demasiado grave para que não se procure convertê-lo em objeto do discurso das ciências políticas e sociais (BISOL, 2002, p. 11).

A referência de Bisol à exceção institucional na qual ainda se posicionam as instituições policiais é interpretada por ele a partir da própria disposição que o texto constitucional estabelece. Ele toma emprestado o termo *foraclusão*⁶ da terminologia lacaniana, termo este empregado no sentido de que as instituições policiais, em especial as polícias militares dos estados federados,

⁶ O termo corresponde ao alemão *Verwerfung* em oposição ao termo *Verdrängung*, utilizado por Freud no caso do homem dos lobos, e essencial para a compreensão da psicose no pensamento de Lacan.

cercam-se de dispositivos auto-reguladores, com o intuito de permanecerem com o estatuto de exceção institucional, cercando-se de instituições satélites, como a Justiça Militar, o Cárcere Militar, o Ministério da Defesa, o Direito Militar, a Casa Militar, os Regimentos Disciplinares Internos e outros.

Não fosse assim, por exemplo, como efeito de estrutura, as instituições militares estariam, como as outras, interinstitucionalmente comprometidas com a justiça comum e perderiam o estatuto de exceção e com ele o poder de se situar no lado de fora da institucionalidade civil (Idem, p.12).

Cabe esclarecer que o termo *foraclusão* foi utilizado por Lacan ao fazer referência ao fracasso do recalque originário na psicose. A condição da ultrapassagem do Édipo e do acesso ao simbólico é impossibilitada, pois as condições subjetivas para tal acesso são insuficientes. De modo abreviado, podemos dizer que a diferença entre uma estruturação psicótica e uma estruturação neurótica tem a ver com as condições pelas quais o recalque se estabeleceu. Faz-se referência à neurose quando houve "sucesso" do recalque e à *foraclusão* psicótica quando houve "fracasso" do recalque.

Não nos compete aqui a incumbência de aprofundamentos teóricos sobre a questão, pois apenas estamos trazendo estas contribuições de Lacan com o objetivo de subsidiar um entendimento sobre o termo emprestado de Lacan por Bisol. Entretanto, consideramos que o modo de compreensão da questão pode conduzir a uma forma idealizada de "funcionamento psíquico", conseqüentemente, um modo idealizado de simbolização cultural. Há muita polêmica sobre o tema, inclusive a proposição de psicanalistas que defendem a idéia de que, cada vez mais, os modos de funcionamento de nossas sociedades estão produzindo profundas mudanças nos processos de subjetivação, propiciando um terreno "fértil" ao enfraquecimento do simbólico. Também cabe alertar que a idéia de uma estruturação psíquica psicótica e outra neurótica pode e deve ser relativizada tanto quanto o entendimento sobre a noção de normalidade e anormalidade. Cada vez mais, a noção de estrutura é colocada em questionamento. Desde a sua concepção, foi sustentada a partir de uma tentativa de se explicar o funcionamento psíquico associada à idéia de parâmetros puristas, conseqüentemente estigmatizando o "desviante" e atribuindo um efeito de transparência possível na análise destas estruturas, o que não é o caso aqui.

Posto isto, afirmar que as polícias ainda operam dentro da lógica de funcionamento da *forclusão* institucional, portanto situadas psicoticamente, não significa que não haja movimentos outros localizados fora ou além desse funcionamento.

A segunda forma de controle à qual nos referíamos anteriormente não pode ser considerada propriamente um controle, mas antes, sim, um efeito dos movimentos oriundos do controle externo do qual estávamos falando. Deixando gradativamente de serem caixas-pretas, cada vez mais assistimos a uma abertura das instituições policiais, justamente porque se interpõe o elemento híbrido, que se reforça pelo confronto entre os controles no processo de abertura nestas instituições. É também um local de tensão entre o arcaico na tradição e as novas demandas sobre segurança pública advindas de setores da sociedade.

Outros elementos também interferem nesse modo de funcionamento autoregulador, além dos cursos de formação integrada e dos cursos de atualização. Destacamos a iniciativa, desde 1999, em propostas de interlocução com demais especialistas da área de segurança, como juízes, promotores, ouvidorias, Ministério Público, Ministério da Justiça, pesquisadores das universidades e representantes dos movimentos sociais. Exemplo disso foi a realização, em agosto de 2001, do *Seminário Nacional: O Papel das Universidades na Construção de Novos Modelos de Polícia*, organizado pela Secretaria Estadual da Justiça e Segurança, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual tivemos a oportunidade de ter um mapa da situação das polícias de algumas regiões do Brasil.

A primeira e talvez mais importante mudança observada na questão da formação do policial diz respeito a progressivas parcerias estabelecidas entre as instituições policiais e instituições outras, como universidades e organizações não-governamentais. Paralelamente a esta nova configuração de redes, também verificamos uma crescente demanda de controle externo das práticas policiais, através de Ouvidorias e do Ministério Público.

O Rio Grande do Sul tem-se destacado pela importância que tem atribuído à atualização de policiais que trabalham na atividade fim, ou seja, policiais com relativo tempo de serviço, mas com pouca qualificação. Outros Estados têm delegado uma atenção maior à qualificação do quadro de oficiais, com poucos investimentos destinados à qualificação do policial com pouca ou quase nenhuma titulação. Em item posterior, faremos uma explanação detalhada do Curso de Ações Básicas de Segurança Pública: Uso da Força e da Arma de Fogo, curso este em andamento desde 1999, dirigido especialmente

aos policiais da atividade fim, ou seja, policiais que trabalham na linha de frente, configurando-se como carro-chefe de uma série de outros cursos, em que se percebe a fundamentação e construção de um novo perfil de atuação dos agentes de segurança pública, a partir de disciplinas novas, introduzidas com o objetivo de dar um aporte mais humanista e centrado nos direitos humanos.

2.2 Dimensão técnica e dimensão ética na formação dos policiais

Uma dificuldade e ao mesmo tempo um desafio nas mudanças em implementação na atual política de segurança pública do Rio Grande do Sul é a gradativa incorporação de novos princípios de atuação aos agentes de segurança, através dos cursos de formação integrada, cursos de atualização e de especialização. Tradicionalmente a formação de policiais nas academias de policias, civil e militar, assim como na Escola de Serviços Penitenciários, esteve centrada em uma dimensão predominantemente técnico-operacional. Mesmo as disciplinas de cunho jurídico eram consideradas apenas como instrumentos necessários à adaptação das ações policiais à legislação vigente.

Antes de prosseguirmos, queremos advertir que a problemática da dimensão técnica *versus* dimensão ética ainda é uma tensão não resolvida, interessando-nos a dimensão técnica do trabalho policial, na medida em que atualmente ocorre um progressivo investimento na formação e atualização de policiais com a inclusão ainda incipiente de disciplinas da área de humanas, mas que já estão propiciando um repensar sobre os princípios subjacentes à dimensão técnico-operacional. Dessa forma, a dimensão técnica é repensada a partir de paradigmas outros estranhos à tradição das instituições policiais, o que de resto pode trazer significativas implicações para o campo da ética, na medida em que dessacraliza o agir policial enquanto um procedimento meramente técnico, afinal trata-se de um atendimento público e deve ser pensado na complexidade do enredamento entre áreas distintas como a da técnica e a da ética.

É tarefa para outra pesquisa a tentativa de remontarmos aos processos históricos envolvidos no megalomaniaco projeto de esclarecimento do mundo. O desencantamento do mundo, sugerido por Adorno e Horkhemier (1985), a partir do processo de racionalização, que culminou com a potencialização de uma

racionalidade instrumental, desencadeou uma separação entre mundo racional e mundo corpóreo. Bauman (1999b), de forma aproximada, vai apontar os efeitos obscurantistas do sucessivo expurgo da ambivalência gerada a partir dos avanços do projeto que criou o Estado moderno. A questão técnica passa a ser uma pré-condição ao progresso da ciência a partir de alguns pensadores modernos, em especial com o Discurso de Descartes.

Interessa-nos, nesse sentido, pensar de que forma os efeitos dessa racionalidade técnica, instrumental, interferiu e ainda continua a interferir nos processos que envolvem a formação e atualização dos policiais. Dessa forma, entendemos que retirar a autonomia de gerenciamento da formação dos policiais das instituições policiais acaba interferindo na maneira tecnicista com que as academias de polícia tradicionalmente têm tratado as questões de caráter técnico-operacional. Um exemplo dessa interferência diz respeito ao progressivo investimento de políticas públicas na área de segurança, voltadas às questões dos direitos humanos, que pontuam formas possíveis de respeito a esses direitos, incorporando-os às técnicas de abordagens policiais, como no caso do uso da arma de fogo e do uso da força.

2.3 O Curso de Ações Básicas de Segurança Pública: Uso da Força e da Arma de Fogo

No que se refere, especialmente, ao curso proposto e desenvolvido pela Secretaria da Justiça e Segurança, a partir do qual situo esta pesquisa, cabem alguns comentários que informam sobre sua história, características, objetivos e modos de intervenção no trabalho policial.

Trata-se de um curso elaborado e organizado pela Secretaria de Estado da Justiça e Segurança, através do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, direcionado aos agentes de segurança pública, ou seja, policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários e funcionários do Instituto Geral de Perícias.

Conforme histórico do curso, em 1999 começa a ser implantado o Qualificar-RS, Plano Estadual de Qualificação Profissional, que integra o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, através da Secretaria de Formação e

Desenvolvimento Profissional - SEFOR (FUNDAPES, 1999).

O Planfor tem como objetivo qualificar ou requalificar, anualmente, pelo menos 20% da PEA - População Economicamente Ativa, maior de 16 anos de idade, visando: a) à obtenção de trabalho de geração ou elevação de renda; b) à permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão; c) à elevação da produtividade, da competência e renda.

A partir do Projeto Qualificar-RS, é gestado o Curso de Capacitação de Docentes para o Programa de Atualização dos Servidores da Secretaria da Justiça e da Segurança. Em 1999, é estabelecido um convênio com a Fundação Riograndense de Desenvolvimento e Pesquisas - FUNDAPERS, entidade responsável pela execução do curso.

A proposta do curso visa à construção de um novo perfil de atuação dos servidores responsáveis pela segurança pública no Rio Grande do Sul, em nível de planejamento e administração:

[...] voltado para o respeito à dignidade da pessoa humana e o direcionamento das suas ações para a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação, dentro dos propósitos do Estado Democrático de Direito (arts. 1 e 4 da CF/88). A dimensão da garantia e efetivação dos direitos humanos pelos órgãos da Secretaria é a base que deve orientar todas as ações no campo da segurança pública (SJS-FUNDAPES, 1999, p.5).

Dessa forma, já a partir de 1999, através do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria da Justiça e da Segurança, é gestado um Plano Piloto. Este plano "busca a qualificação dos trabalhadores da segurança pública, através da formação e atualização desses profissionais, partindo-se de um novo marco teórico e da proposta de estabelecimento de uma base de conhecimento comum a todos os servidores" (p.5).

O Projeto tem como um de seus principais objetivos a capacitação de professores que futuramente irão compor o quadro de docentes que alavancarão o programa de atualização. Para que tal objetivo se cumpra, é criado um grupo de discussões e de estudos nas seguintes áreas temáticas: a)

Área de Desenvolvimento Humano e Social, b) Fundamentação, c) Ações Básicas de Segurança Pública.

Na área de Desenvolvimento Humano e Social são estabelecidos alguns tópicos a serem desenvolvidos, tais como autoconhecimento e automotivação e a sensibilização quanto aos princípios de direitos humanos. Esta área fica sob responsabilidade de profissionais do campo da Psicologia.

Na área de Fundamentação, constam as seguintes temáticas: polícia, segurança e democracia; sociologia da violência; ética policial; normas sobre o uso da força e da arma de fogo; princípios de direitos humanos. Nesta área temos profissionais do campo da Sociologia, História e Filosofia.

Na área de Ações Básicas de Segurança Pública é proposta uma "revisão e atualização de conceitos técnico-operacionais adotados pelos órgãos operacionais e das práticas policiais de acordo com a normatização e princípios de direitos humanos; reeducação da prática de tiro e técnicas de segurança".

O curso é composto por seis disciplinas: Desenvolvimento Humano e Social, com carga de 4 horas/aula; Sociologia da Violência, com 8 horas/aula; Ofício de Polícia, com 4 horas/aula; Segurança no Trabalho, com 4 horas/aula; Uso da Força, com 12 horas/aula; Uso da Arma de Fogo, com 8 hora/aula.

Este curso objetiva atingir todos os policiais militares, civis e agentes penitenciários do Rio Grande do Sul, ocorrendo tanto na capital e na Região Metropolitana como na Região do Vale do Rio dos Sinos, na Serra e região da Fronteira. A duração do curso é de uma semana, com uma carga horária de 40 horas. As turmas são compostas conforme a proporção do efetivo da Brigada Militar, Polícia Civil e SUSEPE, ou seja, cada turma com 20 alunos (10 da Brigada Militar, 8 da Polícia Civil e 2 do Sistema Prisional).

A partir do ano de 2000 o convênio é estabelecido com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAUFRGS, numa nova modalidade de parceria entre a UFRGS e o Governo do Estado. Atualmente, está em processo de negociação a viabilidade de uma forma de parceria entre a Secretaria da Justiça e Segurança e a recém criada Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS.

2.3.1 Minha atuação no curso

Como já foi referido no item anterior, o curso abrange três áreas: a) Desenvolvimento Humano e Social; b) Fundamentação; c) Ações Básicas de Segurança Pública. A disciplina de Desenvolvimento Humano e Social está sob responsabilidade de profissionais da área da Psicologia, portanto, minha atuação no curso concentra-se nesta disciplina.

Por se tratar de uma disciplina de abertura do curso, acaba também cumprindo o objetivo de apresentação do curso, sua proposta e dinâmica, mobilizando muitos movimentos de fala.

A equipe de psicólogos responsável por esta disciplina não seguiu uma metodologia padronizada, nem tampouco fez uso dos mesmos recursos teóricos. Em função da diversidade de formações teóricas e de percursos de cada professor da equipe, cada qual serviu-se de seu próprio referencial teórico, entretanto, com um objetivo específico comum a todos: proporcionar um espaço de interlocução entre policiais civis, policiais militares e agentes penitenciários, partindo das próprias demandas por eles formuladas.

Dessa forma, procuramos planejar nossas aulas de modo a contemplar movimentos de fala que propiciassem a livre expressão de sentidos atribuídos pelo aluno-policial ao seu fazer, dificuldades inerentes à profissão, expectativas, frustrações, impressões sobre a proposta do curso, dentre outras. Para tal, em alguns momentos, fizemos uso de alguns textos curtos, que abordassem assuntos diversos, mas relacionados às atividades policiais.

Nesse sentido, consideramos significativas as reflexões de Gadamer (2000), trabalhadas no artigo *A incapacidade para o diálogo*, em cujo texto o autor faz uma apresentação sobre as diversas formas de diálogo presentes em nossa vida, citando como exemplos o diálogo pedagógico, o diálogo confidencial, a negociação oral e o diálogo terapêutico. O autor confere uma particular importância ao diálogo terapêutico por considerá-lo intimamente associado à dinâmica de trabalho proposta pela psicanálise, ou seja, o diálogo terapêutico que se pratica na clínica psicanalítica.

O diálogo terapêutico é foco de nosso interesse na medida em que pode estabelecer uma espécie de ligação com o diálogo pedagógico, visto que este último, segundo Gadamer (idem), reside na incapacidade para o diálogo por parte do professor justamente por este considerar-se o transmissor autêntico da ciência (p.136).

Mas qual é o mais importante objetivo do diálogo terapêutico ao qual se refere Gadamer? Se a experiência nos demonstrou que o diálogo pedagógico, exercido pelo monopólio da autoridade do professor, não consegue atingir a dimensão da escuta, também não consegue curar sua própria capacidade para o diálogo no sentido da troca compartilhada. Nesse sentido, o diálogo pedagógico precisa aprender com o diálogo terapêutico; primeiro, admitindo seu fracasso; segundo, abrindo-se à experiência do outro. Dessa forma, segundo Gadamer, "o específico no diálogo terapêutico psicanalítico é, pois, que se propõe curar a incapacidade para o diálogo, que constitui aqui a própria enfermidade, sem seguir outra via que não seja o diálogo mesmo" (p.137).

Posto isto, lembramos que a maior dificuldade dos alunos-policiais constatada por nós, pelo menos em situação de sala de aula, é a incapacidade para o diálogo. As causas dessa incapacidade para o diálogo, em grande parte, atribuímos ao próprio despreparo das instituições policiais em lidar com esta questão. "Manda quem pode, obedece quem precisa", ditado popular largamente utilizado pelos policiais ao fazerem referência à verticalidade do poder, denuncia a dinâmica de funcionamento anti-dialógica exercida em todas as instâncias das instituições policiais, inclusive as educativas.

Nesse sentido, nossa atuação no curso visa trabalhar a partir dessa dimensão fundamental oferecida pelo diálogo terapêutico, ou seja, tornar o espaço pedagógico de sala de aula um espaço de fala e de escuta, de interlocução compartilhada, de troca de experiências e vivências, abrindo espaços propícios para que os próprios alunos-policiais tornem-se protagonistas do processo de mudança.

3 A SOCIEDADE DISCIPLINAR

A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas (FOUCAULT, 1988, p.177).

O desaparecimento dos *suplícios dos corpos*, termo empregado por Foucault (1988), foi o início de uma época muito preocupada em investir na "economia do castigo", tornando-se as punições cada vez menos diretamente físicas.

No fim do século XVIII e início do século XIX, começa uma nova fase no mundo ocidental. Tem início uma gradativa substituição do carrasco pelo carcereiro, "a melancólica festa de punição vai-se extinguindo" (FOUCAULT, 1988, p.14). A arte de fazer o "desviante" sofrer fisicamente vai abrindo espaço a outra espécie de sofrimento, muito mais sutil e disciplinada.

Merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? No entanto, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal (Idem, p.14).

As práticas punitivas corpóreas, os prolongados e meticulosos procedimentos de tortura física, em que o carrasco em muito poderia assemelhar-se ao próprio criminoso, foram progressivamente substituídos por um castigo cada vez mais incorpóreo, um castigo incorporal que não excluía totalmente o corpo do longo e agonizante sofrimento, mas gradativamente

impunha uma nova lógica na relação de contato físico entre carrasco e criminoso e no teatro público e mórbido de que se fazia acompanhar a pena imposta. “Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente” (Idem, p.16).

Com isto inaugura-se uma mudança. A “alma” deve ser penalizada muito mais do que o corpo. A arte de matar não deixa de existir, ela continua ainda por longo período de tempo, mas é substituída por procedimentos mais rápidos e menos dolorosos, cada vez menos disposta como espetáculo público. A perda de um bem ou de um direito passa a ser incorporada de forma definitiva no sistema penal do ocidente. Passa-se a investir na disciplina rígida do corpo, com interferência direta e subjetiva no direito à liberdade e restrição dela.

A privação da liberdade, na Idade Média, não era considerada uma sanção penal. O encarceramento apenas cumpria uma função temporária de guarda e contenção do réu até o momento do julgamento. A prisão era tida como uma espécie de ante-sala de suplícios; servia de depósito-contenção e custódia da figura do réu, em condições sub-humanas, esperando a celebração de sua execução.

O controle oferecido pelo modelo panóptico das instituições prisionais teve uma importante função desde a sua concepção “teórica” até seu funcionamento enquanto dispositivo prático, técnico, metodológico, racional. Desde o seu surgimento, as instituições prisionais jamais cumpriram a mera função de depósitos dos indesejáveis restos humanos. As cidades começaram a crescer em ritmo galopante, junto com a necessidade de varrer das ruas todos aqueles seres pouco integrados à nova paisagem que se configurava. Aqueles que não se adaptavam aos novos ares precisavam passar por um longo, penoso e meticuloso processo de reeducação, longe dos olhares do homem comum e integrado ao novo *status quo*. A invenção dos espaços de reclusão não cumpria meramente uma função de depósito sem quaisquer objetivos além de evitar a desaprovação dos olhares dos passantes ao se depararem com estes desviantes pelas ruas e calçadas. As instituições panópticas, antes de qualquer outro objetivo, foram concebidas como *casas de correção*.

O propósito ostensivo da correção era tirar os internos do caminho da perdição moral em que embarcaram por vontade própria ou para o qual foram empurrados sem culpa direta, desenvolver hábitos que por fim lhes permitiriam retornar ao convívio da “sociedade normal”,

interromper a "decadência moral", combater e extirpar a preguiça, a inépcia e o desrespeito ou indiferença pelas normas sociais, todas essas aflições que se combinavam para tornar os internos incapazes de uma "vida normal" (BAUMAN, 1999a, p.116-117).

Como podemos observar, além de "limpar" as ruas dos comportamentos humanos pouco afeitos ao novo sistema que se impunha, as instituições panópticas também fomentaram um sucessivo e crescente sistema muito atento e preocupado em observar, catalogar, diferenciar, educar, corrigir, remodelar. A engenharia do comportamento humano nunca acumulou tanta informação e saberes durante um período tão curto de tempo. Nunca se excluiu tanto na história com o claro e determinado objetivo de "incluir", conforme a análise de Foucault: trabalhar com "os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões" (1988, p.176).

Se o termo reciclagem é relativamente novo em nosso vocabulário, cunhado a partir da necessidade de se racionalizar o destino para o lixo que produzimos, a idéia de reciclagem do comportamento humano era o princípio norteador de toda a casa de correção. Reciclagem era compreendida, então, como inclusão remodelada de sujeitos "receptivos" ao trabalho forçado, trabalho este a que muito poucos cidadãos livres se submetiam.

Dessa forma, o Panóptico de Bentham configura-se numa astuta arquitetura, em que cada canto não deve ser negligenciado, nenhum espaço, por menor que seja, deve propiciar a privacidade, unidades espaciais permanentemente visíveis à vigilância atenta do observador, conforme muito bem descreve Foucault (idem):

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em

cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas janelas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível (Idem, p.177).

Com o perigo do contágio e disseminação da peste criaram-se rígidos regulamentos, por volta do fim do século XVII, estabelecendo um policiamento espacial bastante estrito, composto por um treinado corpo de milícia, cujo objetivo era tornar possível a obediência do povo.

A peste suscitou esquemas disciplinares talvez nunca antes vistos na história. A leitura de *Vigiar e punir* de Foucault pode conduzir-nos a uma aparente diferenciação entre peste e lepra justamente porque ele quer nos mostrar os desfechos múltiplos suscitados pelo confinamento. Se o objetivo primeiro era evitar a disseminação, nada melhor do que uma cruel disseminação do medo de seus efeitos a toda a população, ou seja, o leproso deve ser encarado por todos dentro de uma prática que estimule a rejeição, o “exílio-cerca”; já os “pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro” (Idem, p.175).

Dessa forma, constituem-se os espaços fechados como forma de resposta à peste, desfazendo confusões, evitando a mistura dos corpos que causam a sua transmissão. Era preciso interromper todos os mecanismos dispersos pela rede social que pudessem provocar seu descontrole. “Contra a peste que é mistura, a disciplina faz valer seu poder que é de análise” (Idem, p.175).

Mas Foucault (idem) também sugere um sonho político da peste:

[...] não a festa coletiva, mas as divisões estritas; não as leis transgredidas, mas a penetração do regulamento até nos mais finos detalhes da existência e por meio de uma hierarquia completa que realiza o funcionamento capilar do poder (Idem, p.175).

O disciplinamento decorrente da necessidade de controle da peste também vai interferir no fluxo da indeterminação das identidades: "(...) não as máscaras que se colocam e se retiram, mas a determinação a cada um de seu "verdadeiro" nome, de seu "verdadeiro" lugar, de seu "verdadeiro" corpo e da "verdadeira" doença" (p.175).

Assim, desde o começo do século XIX, a penitenciária, a casa de correção, o asilo psiquiátrico, o estabelecimento de educação vigiada, potencializaram ao máximo o poder disciplinar que já tinha dado seus passos iniciais no século anterior.

A hipótese de relação entre o modelo Panóptico de Bentham do disciplinamento dos corpos com objetivo de torná-los dóceis e a disposição para o trabalho pode parecer fraca à primeira vista. Mas um segundo olhar pode tornar essa relação muito mais íntima do que se poderia imaginar, pois foi uma época que coincidiu com uma carência de disposição para o trabalho, sendo o principal obstáculo para o crescimento dos negócios e da ascensão social: "Os primeiros empresários deploravam a falta de disposição dos possíveis operários para se submeter ao ritmo do trabalho fabril; nessas circunstâncias, "correição" significava superar essa resistência e tornar mais plausível a submissão" (BAUMAN, 1999a, p.117).

Não estamos aqui pretendendo forçar uma relação direta entre a crescente demanda de uma mão-de-obra "livre", com muito pouca disposição para um trabalho considerado indesejado para os cidadãos livres, e o surgimento do modelo Panóptico das instituições prisionais. Sugerimos acima uma coincidência histórica entre ambas, que, obviamente, beneficiou muito mais os empresários no processo de modernização do que propriamente os apenados.

Resumindo: fossem quais fossem seus outros propósitos imediatos, as casas panópticas de confinamento eram antes e acima de tudo fábricas de trabalho disciplinado. O mais comum era serem também soluções instantâneas para aquela tarefa suprema - colocavam os internos imediatamente para trabalhar e em especial nos tipos de trabalho menos desejados pelos "trabalhadores livres" e que era menos provável executarem por livre e espontânea vontade, por mais atraentes que

fossem as recompensas prometidas. Fosse qual fosse o seu propósito declarado a longo prazo, as instituições panópticas eram francamente, na maioria, casas de trabalho (Idem, p.117-118).

Atualmente, é discutível e duvidoso se o projeto de ressocialização, reabilitação e/ou reintegração proposto, desde seu surgimento até os dias de hoje, conseguiu render seus frutos. É bem provável que se tivesse obtido o sucesso desejado não estaríamos acompanhando o surgimento de um novo modelo para substituir o modelo Panóptico. Bauman (idem), ao discutir essa problemática, aponta para o surgimento do modelo das prisões norte-americanas, em especial a de Pelican Bay, no estado da Califórnia. Segundo ele, apenas à primeira vista ela dá a impressão de se tratar de “ uma versão atualizada, super *high-tech* e sofisticada do Panóptico, a suprema encarnação do sonho de Bentham de controle total através da vigilância total” (Idem, p.116). A prisão de Pelican Bay é totalmente automatizada, propiciando evitar qualquer contato direto entre o prisioneiro e o agente penitenciário ou entre os próprios prisioneiros. Não há qualquer trabalho a ser feito, tampouco acesso à recreação, ficando a comunicação entre os agentes e os prisioneiros restrita a um sistema de altofalantes que evita ao máximo o contato visual. “A única tarefa dos guardas é cuidar para que os prisioneiros fiquem trancados em suas celas - quer dizer, incomunicáveis, sem ver e sem ser vistos. Se não fosse pelo fato de que os prisioneiros ainda comem e defecam, as celas poderiam ser tidas como caixões” (Idem, p.116).

3.1 Violência e criminalidade

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido (ARENDR, 2001, p.36).

Os fenômenos da violência e da criminalidade têm ocupado lugar de destaque nas agendas e debates contemporâneos pela repetição exaustiva e desestabilizadora que vêm produzindo nas sociedades. Soma-se a isso a maciça investida dos meios de comunicação de massa sobre tudo que diz respeito à segurança pública, especialmente na exploração do *déficit* dela no que concerne às demandas sociais e também pela forma como aqueles meios se apropriam deste *déficit*, transformando a própria violência e criminalidade em mercadorias amplamente consumidas (vide jornais, televisão - locais, regionais e nacionais). Cada vez mais discutidas e abordadas pelas mais diferentes áreas do conhecimento, assumem contornos outros conforme o enfoque. Hoje há uma vasta literatura de pesquisas produzidas em campos como Ciência Política, Antropologia, Psicanálise. Adotamos nesta pesquisa a perspectiva que relaciona o campo das Ciências Sociais e o campo da Psicanálise, em especial a partir de alguns estudos que problematizam o tema, levando em consideração o contexto da globalização, tanto em seu aspecto econômico como em seu aspecto sócio-cultural, porque concordamos com o estado de coisas no mundo globalizado em que se processa uma “mundialização da violência”.

No que diz respeito ao debate aqui no Brasil, acreditamos que o longo período de ditadura militar dificultou e no limite, por vezes, inviabilizou uma discussão racional e democrática sobre as estruturas e o funcionamento das instituições policiais. Com o fim da ditadura militar observamos uma maior visibilidade da violência, pois o gradativo enfraquecimento da censura possibilitou a manifestação dos problemas sociais. Somando-se a isso, implementa-se o Estado Democrático e de Direito no País, com alguns documentos como a CFB/88⁷, o ECA⁸ e a luta pelos Direitos Humanos, ocasionando a difícil e ainda não consensual situação das instituições policiais que se deparam com uma abertura no campo dos Direitos e o fundamento arendtiano de uma defesa do princípio universal do *direito ao direito a*, como questão norteadora do sujeito moderno. De um lado, há uma proliferação de pesquisas sobre o fenômeno da violência e da criminalidade, com grupos de estudos ocupados com a temática da violência urbana, grupos estes difundidos nas regiões brasileiras, como é o caso dos NUPEVI's (Núcleo de Pesquisa sobre Violência). Por outro lado, as próprias instituições responsáveis oficialmente pela segurança pública também são foco de críticas, pois embora tivéssemos virado uma triste e cruel página da nossa história com o fim da ditadura militar, as práticas policiais continuaram a reproduzir os mesmos métodos de investigação,

⁷ Constituição Federal de 1988

⁸ Estatuto da Criança e do Adolescente

as mesmas formas de abordagens, os mesmos preconceitos oriundos daquela época, negando a complexidade social, o que ainda produz confrontos e tensões entre estes aparelhos e os movimentos sociais⁹. Apesar desta pesquisa não se ocupar, especificamente, das relações entre polícia e movimentos sociais, não podemos nos furtar à esta consideração, porque ela está hoje na ordem do dia, no que se refere não apenas à complexidade social, mas também ao *déficit* da própria abordagem institucional em relação a alguns setores sociais.

A inclusão deste item na pesquisa relaciona-se com a estreita conexão entre poder de polícia, práticas policiais, as concepções que norteiam e sustentam essas práticas e a constituição da identidade do policial. Nesse sentido, situaremos duas concepções nitidamente diferenciadas sobre os fenômenos da violência e da criminalidade, nas quais podemos perceber sentidos divergentes. Passaremos a discutir a primeira delas.

A primeira concepção percebe de maneira dualista estes fenômenos, apresentando uma dicotomia entre ordem e desordem, regida por um logocentrismo que estabelece as margens em relação ao centro, o desvio em relação à normalidade, o singular em relação ao universal. Ainda nesta perspectiva, concebe-se a violência como um fenômeno essencialmente destrutivo, baseado na crença de uma sociedade ordenada e equilibrada, em que estes estados podem e devem ser atingidos em sua plenitude - aquilo que escapa passa a ser denominado enquanto desordem e elemento nocivo, exterior ao centro/ordem. Também se inclui aqui a violência como algo essencialmente exterior, pertencente ao outro, estranho a nós, por isso, nesta concepção, o problema da ambivalência é dissimulado.

Outra crença, ainda inserida dentro da visão dualista, é a da violência como algo imprevisível, que ataca de surpresa, mudando a rota pretensamente estável e linear dos acontecimentos, algo extemporâneo àquele "centro". Aqui as marcas do positivismo se apresentam de maneira insistente, constituindo uma tradição na abordagem destes fenômenos (a partir do século XIX) na qual a característica forte da separação sujeito/objeto marca o olhar sobre o "violento", o "criminoso" enquanto objeto isolado de uma complexidade social: a dicotomia fica amarrada justamente na relação ordem social versus desordem individual. Por isso, os fenômenos em questão são acontecimentos extemporâneos à ordem social, posto recaírem sobre a ação individual, como se o indivíduo estivesse desalojado do social.

⁹ Um caso emblemático desta tensão se coloca no enfrentamento entre o aparelho policial e o Movimento dos Sem-Terra, o MST.

A segunda concepção sobre o fenômeno da violência vai desestabilizar a dualidade, conferindo às análises um estatuto mais heterogêneo e crítico às suas causas e manifestações. Surge de forma mais evidente a noção de violência e criminalidade inserida na própria rede social. Porque presta atenção às múltiplas forças produtoras de violência e criminalidade, é conhecida como concepção multicausal ou multifatorial. A lógica dualista, polarizada, é diluída em múltiplos elementos produtores dos fenômenos sociais. Assim, nesta segunda concepção, não mais teremos esta visão dualista, mas sim multicausal ou que também denomina-se como violência difusa:

Por outro lado, há aspectos estruturais da questão da violência, que se enquadrariam nas denominadas "causas" do enfoque linear, e que são aquelas com as quais lidam as abordagens pedagógicas, psicológicas ou sociológicas do problema. E aí caímos na aludida ingenuidade de supor-se que a violência possa ser erradicada por meio de "mais"(?) e "melhor"(?) educação; ou no reducionismo psicologista que entende ser a violência função exclusiva de transtornos mentais e, portanto, para mitigá-la só por meio do vértice psicoterápico; ou ainda no sociologismo que se embasa na afirmação truista de que sem eliminarmos a miséria social jamais resolveremos o problema da violência. Todos têm parcela e nenhum a tem por inteiro uma vez que desconsideram a multicausalidade e circularidade dos processos de violência e prescindem da indispensável abordagem multidisciplinar para enfrentá-los (OSÓRIO, 1999, p.532-3).

No final da década de 80 do século XX, assistimos a uma crescente organização de grupos socialmente excluídos na reivindicação de seus direitos. Os "excluídos" da história reclamam sua condição e passam, paradoxalmente, a perder sua nitidez. A violência passa a ser compreendida como não mais vinda de fora, do outro, como obstáculo a uma suposta harmonia social, mas sim como fazendo parte da rede social. A violência simbólica exercida sobre os grupos de

excluídos acaba sendo reconhecida também como uma forma de violência, há uma crescente exposição dela na sociedade brasileira numa forma de “interiorização dos métodos impostos à força (ou *doucement*) pelos grupos no poder que corroboram para restringir a representação e limitar as condições da participação política” (PINHEIRO, 1991, p. 56).

Se os grupos que ficavam à margem da sociedade e da noção tradicional de normalidade passaram a exigir respeito e reconhecimento, estes mesmos grupos continuam a ser alvo do preconceito das polícias, pois as práticas policiais permanecem operando dentro daquela lógica dualista, objetificadora, ou seja, continuam a sustentar suas intervenções ainda amparadas no poder de polícia identificado com a concepção de ordenamento social. Mas não podemos deixar de observar a implementação de algumas mudanças na formação dos agentes de segurança pública desde a reintrodução do sistema democrático a partir da falência do regime militar em nosso país. Se nossas polícias ainda operam dentro da lógica dualista e, pior ainda, ignorando os direitos humanos fundamentais podemos dizer também que a pressão constante de organismos internacionais e nacionais vêm produzindo um questionamento sobre as estruturas de funcionamento das instituições policiais. Além disso, os investimentos governamentais em segurança pública, assim como uma pressão da própria opinião pública sobre a segurança, corroboram um movimento outro em torno das mudanças neste setor público brasileiro desde o fim do regime militar, a despeito da crescente visibilidade de seus problemas institucionais.

Discussões teóricas que ensejam a articulação entre poder e violência já de longa data tratam do assunto. Consideramos as proposições de Hannah Arendt como as mais fecundas, pois inauguram uma ruptura radical como toda a tradição do pensamento político que sempre negou a diferença entre violência e poder. Entre 1968 e 1969 a autora escreve o célebre texto *Sobre a violência*. Todo esforço empreendido neste ensaio concentrar-se-á num profundo questionamento da tradição do pensamento político, redimensionando o fenômeno da violência e conferindo outro estatuto ao poder. O esforço em buscar os elementos para a sua definição do poder em oposição à violência irá estabelecer uma nova forma de entendimento da questão, tornando fracos todos os argumentos até então veiculados por esta tradição.

Nessa perspectiva, Arendt defenderá o argumento que atribui o aumento da violência ao progressivo enfraquecimento do poder nas sociedades contemporâneas, pelos simples fato de que ela não aceita o argumento de que a violência é a fonte do poder, ou melhor: “Poder e violência são opostos; onde

um domina absolutamente, o outro está ausente" (Idem, p.44). Assim, a desagregação da esfera pública e o isolamento entre os homens destroem o poder de "agir em concerto" (Idem) e coletivamente, ganhando cada vez mais espaço a violência. É por esta razão que ela dirá que "todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas petrificam-se e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustenta-las" (Idem, p.34).

3.2 Pedagogia dos Direitos Humanos e os limites da ação policial

Em dezembro de 1948 foi acordada, na Assembléia Geral das Nações Unidas, uma codificação fundamental de esclarecimento geral sobre os direitos humanos.

Desse esclarecimento resultou um catálogo que estabelece parte dos direitos de liberdade e proteção, assim como direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. Estes direitos vão desde a proclamação dos princípios de liberdade, igualdade, fraternidade (artigo 1), ao direito à vida, liberdade e segurança da pessoa (artigo 3), o reconhecimento da personalidade (artigo 6), a igualdade diante da lei (artigo 7), a proteção contra prisão e expulsão (artigo 10), a liberdade de residência e de emigração (artigo 13), procura de asilo (artigo 14), liberdade de casamento e de proteção da família (artigo 16), até a liberdade de pensamento religioso e liberdade de associação (artigo 18 a 20) (LENHART, 1998, p.18).

Em 1993, em Viena, tivemos a mais recente formulação através da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, com uma demarcação mais explícita e enfática em relação à universalidade dos direitos e liberdades.

Conforme Lenhart (Idem), no artigo *Pedagogia de direitos humanos*

numa perspectiva intercultural, percebe-se em relação aos direitos nos últimos cinquenta anos uma espécie de desenvolvimento triádico. Vejamos como o autor propõe esta tríade:

a - o catálogo dos direitos humanos vai sendo ampliado, desde as liberdades e direitos de proteção clássicos, passando por parte dos direitos econômicos, sociais e culturais, até a reivindicação de ajuda e proteção;

b - os portadores de direitos continuam no âmbito do homem individual, mas cada vez mais são formuladas como direitos de grupo;

c - a consolidação dos direitos humanos no direito internacional tem uma fórmula paradoxal: a juridicização desses direitos aumenta com a ampliação do catálogo dos direitos humanos (p. 100-1).

A efetivação da institucionalização social dos direitos humanos estabelecido pela ONU é proposta através de dispositivos oferecidos pelo processo educativo e de ensino. Com a ameaça da guerra fria, em 1974, a UNESCO recomendou a necessidade de uma educação voltada para os direitos humanos com o objetivo de atingir um pensamento internacional de entendimento, colaboração e garantia de paz. Mais tarde, em 1993, a UNESCO prepara um plano mundial do ensino dos direitos humanos. Temos a partir daí uma exigência de que todos os Estados passem a preocupar-se com os direitos humanos, “não só a preocupação com o incremento do respeito aos direitos humanos pelos existentes sistemas de educação, como também o planejamento e implantação de programas especiais de ensino de direitos humanos (10, alínea 33: p. 78 ss)” (LENHART, 1998, p.103).

Como podemos observar, cria-se uma forte demanda de fomento a programas especiais dirigidos ao ensino de direitos humanos, com uma proposta que estabelece este ensino durante uma década, de 1995 a 2004.

Com isso anuncia-se o primeiro campo de estudo de uma pedagogia dos direitos humanos, diferenciada em três domínios: 1 - ensino e educação como meio de estímulo e de incremento dos direitos humanos (direitos humanos através da educação); 2 - educação

como direitos humanos; 3 - direitos da criança (Idem, p.103).

Como já colocado anteriormente nesta pesquisa, o atual Governo do Rio Grande do Sul passa a ser o primeiro estado brasileiro a implantar efetivamente o trabalho de integração entre os órgãos policiais. Com este processo de integração entre as polícias (civil, militar, sistema prisional e Instituto Geral de Perícias), a formação também passa a ser trabalhada de forma conjunta desde a sua etapa inicial. O Curso de Formação Integrada dos Agentes da Secretaria da Justiça e Segurança dá início, desde 2000, a uma estruturação com uma base curricular diferenciada dos cursos de formação anteriores, com uma nova perspectiva em torno de temas como os direitos humanos, cidadania, ética profissional e movimentos sociais. Trata-se de um projeto de implementar uma pedagogia de respeito e valorização dos direitos humanos, em muito inspirada neste projeto mais abrangente proposto pela ONU como meta universal acima referido.

A conseqüente necessidade de ressignificação do trabalho policial inspirada na declaração dos direitos humanos se reflete de forma tensa no trabalho de sala de aula. Observamos a insistência na dificuldade de os policiais trabalharem sob a mira dos direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente. "Direitos humanos para bandido é besteira, marginal só aprende na porrada!" Esta fala não reflete a posição de um único policial, mas um posicionamento que se repete e se manifesta muitas vezes em abuso de poder policial. Mas seria esta posição exclusiva de uma grande parte de policiais civis, militares e agentes penitenciários? Hélio Luz, delegado de polícia, chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro de 1995 a 1997, em entrevista concedida à revista *Atenção!*, afirmou:

Enquanto a polícia for corrupta e violenta contra quem ganha até R\$ 300,00, a sociedade acha ótimo. O grande problema é quando se começa agir assim com os de cima. Aí, incomoda. (...) A sociedade brasileira morre de medo de uma polícia séria. Enquanto estamos na favela, prendendo gerentes de boca de fumo, é mamão com açúcar. Mas, e o Banco Nacional? Uma polícia séria botaria a mão nesses caras (BENJAMIN, 1998).

A questão da formação de um policial preparado e voltado para a

proteção do cidadão passa necessariamente por uma valorização em cursos que dêem uma maior ênfase a disciplinas de natureza humanística. A curta experiência no Rio de Janeiro, época em que Hélio Luz dirigiu a polícia civil, propunha um golpe no corporativismo da polícia, retirando dela as atividades de apoio, inclusive as de perícia. O trabalho das universidades, nesse sentido, seria de fundamental importância.

Ainda por iniciativa de Hélio, outra universidade, a Uerj, já tinha aprovado a criação de um novo curso de nível superior, de três anos de duração, com ênfase num currículo da natureza humanística e ao mesmo tempo profissionalizante, que seria condição para o ingresso de novos agentes policiais. Isto, combinado com a reciclagem dos atuais agentes, faria com que, a médio prazo, se tivesse um material humano infinitamente mais qualificado para servir aos objetivos de uma nova polícia, voltada para a segurança social (Idem, p.20-1).

Soares (2000) muito insistiu em uma política de formação dos policiais também voltada ao ensino dos direitos humanos durante os 500 dias em que esteve no *front* da segurança pública do Rio de Janeiro. Contrapondo-se à lógica de que segurança pública deve ser de responsabilidade de quem lida diretamente com o crime e tem o *know-how* técnico para tal, começou a trazer alguns dos movimentos sociais mais marginalizados pelas polícias para dentro da Secretaria de Segurança Pública, numa tentativa de se pensar de forma racionalizada, em conjunto com estes setores da sociedade, como deveriam agir as polícias em caso de confronto. Soares tinha consciência de que não resolveria a curto prazo os problemas mais urgentes, mas introduziria uma nova lógica de relacionamento com a sociedade, implicando os grupos tradicionalmente marginalizados pelas polícias nos debates e na proposição de novas formas de inter-relação. A presença de um cientista social dentro de um órgão tradicionalmente delegado a militares, quando muito juristas, promotores ou desembargadores, não era bem vista, conforme relatado em seu livro:

O que estava em juízo e constituía alvo do repúdio veemente era a participação de um cientista social num ambiente até então reservado e excludente. No máximo, seria

admissível um advogado, um promotor, um desembargador, um juiz. Conservadores e corporativistas faziam coro às resistências, que apenas expressavam um sentimento bastante difundido nos meios policiais e em determinadas camadas da sociedade. O raciocínio era simples e operava por metonímias: segurança se liga a crime; crime é punido pela Justiça e reprimido pela ação militar da polícia, deduzindo-se daí que os especialistas que podem ser incluídos no círculo restrito da segurança pública são aqueles que lidam com as leis ou com as armas (SOARES, 2000, p.47-8).

Desde as primeiras iniciativas de se implantar uma proposta de uma pedagogia dos direitos humanos nas academias de polícias, elas depararam-se com o caráter de isolamento social com que as corporações policiais historicamente se constituíram. Resistindo às demandas de controle externo sobre suas prerrogativas, tendem a conceber a questão dos direitos humanos a partir de uma lógica dualista, com forte tendência corporativista. Trabalhar sob a mira dos direitos humanos é, segundo um pensamento muito forte dentro das organizações policiais, trabalhar “do lado de lá”, ou seja, é trabalhar em benefício dos direitos humanos dos infratores, dos criminosos, dos delinqüentes, dos bandidos.

Historicamente existe uma íntima associação entre direitos humanos e a perda de direitos políticos daqueles que se contrapunham à censura estabelecida pós-regime-militar. Quem mais em nosso país faz referência aos direitos humanos senão grupos de pessoas vinculadas aos partidos de esquerda que tiveram seus direitos cassados na ditadura militar?

Em *O local da cultura*, ao fazer referência à lógica das políticas da polaridade expressa no exotismo do multiculturalismo, Bhabha (1998) irá dizer que essas políticas trabalham ainda de forma tradicional, pois conseguem no máximo mobilizar uma sensibilização inspirada na ética da tolerância. A forma de resolução dos conflitos e tensões existentes entre esse movimentos continua a alimentar a segregação, pois ela realimenta a política da polaridade, não propiciando a emergência dos “outros de nós mesmos”. Ou seja, o “outro-diferente” continua guetizado, embora gozando de certa “legitimidade social”, conquistada com muita luta alimentada pelo anseio de reconhecimento. Muda-

se a lei, retira-se do catálogo de anormalidades e anomalias certos comportamentos e preferências sexuais, estabelecem-se condições favoráveis à “igualdade” de oportunidades, mas nada disso garante que se evite que a exclusão continue existindo nas mentes das pessoas, numa dissociação entre pensamento e comportamento.

Os defensores dos direitos humanos esbarram em algo que ainda não têm competência para lidar: o preconceito latente. O “estranho” é ainda tratado como fora de nós mesmos, que está do “lado de lá”, que devemos aceitá-lo em suas e com suas diferenças. O estranho de nós mesmos parece algo tão irreconciliável quanto as polaridades primordiais.

4 ÉDIPO, PODER E AMBIVALÊNCIA

O título aqui proposto pode sugerir muitas interpretações e associações. Centrado a partir das construções teóricas de Freud sobre a problemática do poder, pretendemos trabalhar no sentido de buscar subsídios teóricos que nos permitam pensar na questão do poder de polícia e de sua relação com o processo de identificação da profissão de policial. Freud foi o primeiro pensador a se voltar ao estudo da constituição psíquica do sujeito a partir da matriz edípica, formulado de tal forma que dificilmente conseguiremos em todo percurso de sua obra encontrarmos um sujeito que não seja “produto” do meio social. Nesse sentido, Édipo é uma produção social e o sujeito um produto do social. Mas dizer isso e dessa forma é convidar o leitor mais atento à discussão do aparente beco sem saída dessa formulação. Nesse sentido, nos propomos agora a discutir esta problemática.

Parece-nos apropriado situarmos a problemática do poder admitindo uma multiplicidade de abordagens da descrição dos processos sociais. Fizemos opção pelo caminho trilhado por Freud por considerarmos que ele recusa a velha fórmula dicotômica entre o individual e o coletivo, entre o interior e o exterior enquanto limites fixos. Interessa-nos, portanto, investigar de que maneira a história intervém na subjetividade, no “aparato psíquico”, “onde a sociedade se interiorizou até o ponto em que o sujeito apareça congruentemente integrado dentro da re-produção do sistema que o produziu” (ROZITCHNER, 1989, p.15).

Freud foi interpretado a partir de várias leituras e perspectivas. Ao longo do tempo, a psicanálise popularizou-se, tornou-se mais “flexível”, mais dócil, sofrendo com isso um reducionismo exacerbado, culminando numa variedade distinta de grupos que passaram a adotar formas de leituras dos conceitos freudianos bastante divergentes das outras. Em quase toda a sua totalidade, estes grupos disputavam o poder de transmissão da psicanálise, cada grupo esforçando-se para legitimizar-se como fiel representante do mestre e deste novo campo de conhecimento por ele criado. Segundo Rozitchner (idem), algo comum a esses grupos persistia: o ocultamento da importância do campo das determinações históricas na constituição da subjetividade:

É estranho que psicanalistas de direita e críticos de esquerda coincidam em ocultar este problema que está presente em Freud. Podem gostar ou não de sua inclusão, a carência de radicalidade em algumas de suas colocações, o ocultamento ou desconhecimento em outras, seus preconceitos liberais, mas não se pode negar que a psicologia freudiana não só inclui o homem dentro da complexidade do mundo atual, como recorre necessariamente à história de seu advento para dar conta da conduta individual (Idem, p.19).

Afirmar que o sujeito-policia1 ingressa na formação discursiva da instituição policial, é "batizado" e a partir de então passa a assumir outra identidade, é acreditar que as filiações históricas seriam, nas próprias palavras de Pêcheux (1997), meras *máquinas de aprender*. Em sua última produção teórica *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux tornou-se um crítico radical do fantasma de uma ciência régia, ao qual a própria Análise de Discurso corria o risco de sucumbir, em especial no que concerne ao processo de identificação:

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos etc...), as "coisas-a-saber" coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de "saber do que se fala", porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: isto acontece tanto nos segredos da esfera familiar "privada" quanto no nível "público" das instituições e dos aparelhos de Estado. O fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece (PÊCHEUX, 1997, p.55).

A partir dessa lógica criticada por Pêcheux, seria o equivalente a dizer

que a situação edípica não coloca qualquer possibilidade de o sujeito fazer resistência ao terror de ser mero instrumento de assimilação e repetição de uma identidade que lhe é imposta, como uma “máquina de aprender”?

Utilizamos-nos das contribuições teóricas de Rozitchner (1989), em especial da obra intitulada *Freud e o problema do poder*, em que o autor problematiza a relação entre o individual e o social decorrente das interpretações do legado teórico do Complexo de Édipo desenvolvido por Freud. Rozitchner retorna aos textos de Freud dedicados mais às questões sociais, chamadas por ele de obras sociais: *O mal estar na cultura*, *Psicologia das massas e análise do ego*, *Moisés e o monoteísmo* e *O futuro de uma ilusão*. Verificamos, nestas obras freudianas, a partir do referido autor, uma exaustiva investigação e preocupação centradas na explicitação do problema do coletivo e do histórico, assim como seu reflexo e sua “reprodução” no âmbito individual e a dificuldade de estabelecermos parâmetros claros que nos assegurem uma separação ou distinção no que concerne ao individual e ao social.

Em Freud tratar-se-ia de explicar a estrutura subjetiva como uma organização racional do corpo pulsional pelo império da forma social. Se cada um de nós vem sendo constituído pelo sistema de produção histórico, é evidente que o aparato psíquico não faz senão reproduzir e organizar esse âmbito individual, a própria corporeidade, como adequada ao sistema para poder viver e ser dentro dele. Muitas das explicações que Freud desenvolve se baseiam em modelos das instituições repressivas sociais interiorizadas: a polícia, os militares, a religião, a economia, a família. Tudo o que vemos em ação interna aparece e permite a construção teórica de uma organização subjetiva externa, que determina nosso modo de ser como réplica da organização social (ROZITCHNER, 1989, p.19).

Antes de continuarmos a desenvolver a proposição supracitada faremos uma breve incursão nas análises sobre os sentidos historicamente atribuídos à categoria tabu trabalhada por Freud (1974) na obra mestiça de *Totem e tabu*, em que faz muitas especulações mesclando antropologia e psicanálise. Posteriormente retomaremos a problemática do império da forma social, questão

esta aliás muito polêmica, repleta de contradições e ainda tema de infinitas e inflamadas discussões.

Em *Totem e tabu*, o Freud investigador antropólogo, historiador, sociólogo e até mesmo economista faz uma minuciosa e esforçada tentativa de reconstrução das prováveis origens do termo tabu na antiguidade, os vários sentidos atribuídos através dos tempos e suas implicações nas esferas individuais e sociais. Por tratar-se de um texto longo e consideravelmente complexo, dividido em sub-temas, elegemos o capítulo intitulado *Tabu e ambivalência emocional* como foco de nosso interesse. Também justificam esta escolha outros dois motivos básicos: primeiro, por apreciarmos que a descoberta de Freud da ambivalência emocional é inaugural e também por conceder, senão determinar, uma forte influência nos vários outros aspectos da vida social de cada sujeito, ao mesmo tempo que estabelece uma ruptura radical no pensamento da época que reforçava a cientificidade da lógica cartesiana; segundo, porque consideramos estas especulações de Freud uma espécie de aprofundamento de suas primeiras hipóteses sobre o Complexo de Édipo, embora ele não estabeleça uma relação direta entre o tema do tabu e a problemática do Édipo, mas ao mesmo tempo sugere que “as proibições morais e as convenções pelas quais nos regemos podem ter uma relação fundamental com esses tabus primitivos e, finalmente, porque uma explicação do tabu pode lançar luz sobre a origem obscura de nosso próprio ‘imperativo categórico’ ” (p.42).

Vejamos como Freud define tabu:

A palavra ‘tabu’ denota tudo - seja uma pessoa, um lugar, uma coisa ou uma condição transitória - que é o veículo ou fonte desse misterioso atributo. Também denota as proibições advindas do mesmo atributo. E, finalmente, possui uma conotação que abrange igualmente ‘sagrado’ e ‘acima do comum’, bem como ‘perigoso’, ‘impuro’ e ‘misterioso’ (p.42).

Freud discorre sobre os estudos de Wundt ao situar os deslocamentos, a transplantação dos regulamentos e interdições do tabu do âmbito do demoníaco para o âmbito da crença em deuses. Essa passagem do demoníaco para a crença em deuses introduz uma mudança que irá situar esse temor, esse medo objetivado da vingança sob seu transgressor ao mesmo tempo em

veneração e horror. Mas uma abordagem pelo ângulo da psicanálise vai introduzir aspectos inconscientes, refutando a aparente estranheza desses tabus. Freud irá associar proibições características do comportamento obsessivo dos neuróticos e os tabus:

O ponto de concordância mais evidente e marcante entre as proibições obsessivas dos neuróticos e os tabus é que essas proibições são igualmente destituídas de motivo, sendo do mesmo modo misteriosas em suas origens. Tendo surgido em certo momento não especificado, são forçosamente mantidas por um medo irresistível. Não se faz necessária nenhuma ameaça externa de punição, pois há uma certeza interna, uma convicção moral, de que qualquer violação conduzirá à desgraça insuportável (p.46).

Mas o que mais nos chama a atenção nas especulações de Freud sobre a relação entre tabu e o núcleo da neurose no comportamento obsessivo é que ele irá encontrar uma associação muito íntima entre ambos: a proibição do tabu é aceita justamente por encontrar suporte em importantes forças internas, pois estas forças ordenam-se a partir da relação amorosa da criança com seus responsáveis, que podem não ser o pai ou a mãe, mas qualquer pessoa com influência sob o seu comportamento enquanto autores da proibição. Freud recorre a alguns exemplos de casos clínicos por ele verificados, escolhendo um em especial por traduzir de forma bastante convincente esta associação:

A história clínica de um caso típico de 'fobia de contato' é a seguinte. Logo no começo, na mais tenra infância, o paciente revela um forte desejo de tocar, cuja finalidade é de tipo muito mais especializada do que se estaria inclinado a esperar. Esse desejo defronta-se prontamente com uma proibição externa contra a realização daquele tipo específico de contato. Aceita-se a proibição, visto encontrar apoio em poderosas forças internas, e ela comprova ser mais forte que o instinto que procura expressar-se pelo toque. (p.49).

O sucesso tem apenas poder de abrangência no que concerne à proibição externa. A proibição não consegue suprimir totalmente a pulsão, pois, no caso clínico exposto por Freud, o desejo de tocar é reprimido e deportado para o inconsciente, portanto, parcialmente consegue atingir seu objetivo, instaurando um conflito psíquico entre a proibição e a pulsão. Freud descreve este conflito como sendo uma "atitude ambivalente do sujeito para com um objeto determinado, ou melhor, para com um ato em conexão com esse objeto" (p.49). Continua a persistir o desejo de tocar ao mesmo tempo que a realização desse desejo é detestada, em nível consciente, pelo sujeito. O desejo de violação do tabu, em contrapartida, é mantido, porém deslocado para o inconsciente. Temos aí a surpreendente descoberta de Freud, que hoje pode parecer óbvia e largamente aceita, entretanto com capenga aplicabilidade nas interpretações dos dados.

Outro importante elemento descoberto por Freud na lógica do tabu diz respeito aos aspectos de contágio e ao caráter subversivo a ele imputado. A manutenção do tabu assume um poderoso dispositivo de controle social. Sua violação prescreve rígidas penas, servindo como exemplo aos demais que porventura pensem em violá-lo:

Qualquer um que tenha violado um tabu torna-se tabu porque possui a perigosa qualidade de tentar os outros a seguir-lhe o exemplo: por que se lhe deve permitir fazer o que é proibido a outros? Assim, ele é verdadeiramente contagioso naquilo em que todo exemplo incentiva a imitação e, por esse motivo, ele próprio deve ser evitado (p.52-3).

O perigo social da violação de certas proibições tabus é bastante ressaltado por Freud, em especial no que tange ao risco da imitação:

É igualmente claro por que é que a violação de certas proibições tabus constitui um perigo social que deve ser punido ou expiado por todos os membros da comunidade se é que não desejam sofrer danos. Se substituirmos os desejos inconscientes por impulsos conscientes, veremos que o perigo é real. Reside no risco da imitação, que rapidamente levaria à dissolução da comunidade. Se a violação não for vingada

pelos outros membros, eles se dariam conta de desejar agir da mesma maneira que o transgressor. (FREUD, 1974, p.53).

Mas não somente o transgressor comum do tabu deve ser punido e expiado. Quem se encontra num estado ou posição de provocar desejos proibidos também recebe uma atenção bastante especial. A inveja e a cobiça despertadas pelas condições excepcionalmente incomuns de chefes e reis na maioria das pessoas são motivos suficientes para haver curiosas regras de observância de controle de seus privilégios e poderes. "O rei ou chefe desperta inveja por causa de seus privilégios: todos, talvez, gostariam de ser rei" (FREUD, 1974, p.53).

Portanto, esse lugar e posição de poder são considerados tabu, "visto que se deve resistir à tentação" (p.53). A questão poderia ser resumida da seguinte forma: a diferença social entre um chefe ou um rei e seus súditos é grande demais, podendo ser encarada como uma tentação por parte dos súditos. Ao discorrer sobre o tabu relativo aos governantes, Freud descobrirá, através dos estudos de Frazer, Kaempfer, Bastian e Wundt, que os privilégios concedidos a eles coincidem com as interdições impostas a outras pessoas. Os governantes gozam de privilégios que justamente são considerados tabu pelas pessoas comuns, ou seja, os súditos. Entretanto, "verificamos que eles estão sujeitos a restrições por outros tabus dos quais as pessoas comuns estão isentas" (p.68). Encontramos nesse exemplo um primeiro contraste - uma contradição, quase, nas próprias palavras de Freud (p.68): a condição de liberdade do governante é relativizada justamente pela condição de restrição a determinadas proibições tabu. A crença de que ele tem poderes curativos e protetores sobre os demais membros da comunidade parece também estar numa condição relativizada. Essa segunda contradição encontra sua justificativa no receio de que tantos poderes e privilégios possam entrar em colapso:

A situação torna-se ainda mais difícil pelo fato de não se poder confiar que o governante faça uso de seus imensos poderes da maneira correta, ou seja, em benefício de seus súditos e para sua própria proteção. Assim sendo, as pessoas desconfiam dele e encontram justificativas para mantê-lo vigiado. A etiqueta de tabus a que toda a vida do rei está submetida está a serviço de todos estes intuítos protetores de seus súditos dos perigos com que

os ameaça (p.69).

Os cerimoniais do tabu, submetidos à lógica psicanalítica, revelam algumas características de seu funcionamento muito importantes se comparadas ao delírio persecutório. O sujeito que é acometido de um delírio persecutório atribui uma importância explicitamente exagerada a determinada pessoa que será responsabilizada por todos os infortúnios, pois alguém precisa ser culpado por tanto sofrimento. Mas não pode ser qualquer pessoa a responsável pela perseguição. O modelo verificado no delírio persecutório é semelhante à relação de uma criança com o pai, em todos os sentidos a esta relação atribuídos. Vejamos o que Freud nos diz a este respeito:

A imagem que um filho faz do pai é habitualmente investida de poderes excessivos desta espécie e descobre-se que a desconfiança do pai está intimamente ligada à admiração por ele. Quando um paranóico transforma a figura de um de seus associados num "perseguidor", está elevando-o à categoria de pai; está colocando-o numa posição em que possa culpá-lo por todos os seus infortúnios (p.71).

Como podemos observar:

O conflito entre essas duas tendências não pode ser prontamente solucionado porque - não há outra forma de expressá-lo - elas estão localizadas na mente do sujeito de tal maneira que não podem vir à tona uma contra a outra. A proibição é ruidosamente consciente, enquanto o desejo persistente de tocar é inconsciente e o sujeito nada sabe a respeito dele. Se não fosse esse fator psicológico, uma ambivalência como esta não poderia durar tanto tempo nem conduzir a tais conseqüências (p.50).

O problema do poder encontra sua matriz na releitura de Freud sobre o mito de Édipo Rei, de Sófocles, que Rozitchner (1989) muito bem coloca:

Na guerra, enfrentamento mortal entre grandes coletivos, pareceria que a personalidade do homem aparece dissolvida e necessariamente convocada ao sacrifício como mera quantidade de força e poder de resistência. Todavia, neste processo social produtor de um novo campo onde a racionalidade e o poder de distintos sistemas culminam em uma verificação que leva, através das batalhas, ao aniquilamento e à morte, vamos mostrar que ali também, na concepção militar, está presente o que Freud punha em relevo enquanto matriz despótica da subjetividade: o problema do Édipo (ROZITCHNER, 1989, p.16).

A partir de Freud, é possível pensarmos o que faz com que possa ser considerado “natural” e propício à constituição e imortalidade de grupos o fato de os indivíduos obedecerem a tal medida de oferecer seus próprios corpos como instrumento visando à perpetuação de um ideal, mesmo que este ideal não se imponha de forma objetiva e do lado do indivíduo. A obediência é, enquanto matriz da situação edípica, e onde amor e ódio se confundem em uma eterna dialética, obediência ao pai.

A compreensão freudiana da estrutura da subjetividade é constituída por intermédio do império da forma social. Seria o equivalente a dizer que cada indivíduo é fruto do sistema de produção histórico-social, apontando assim a problemática em torno da aparente diferenciação entre individual e social, entre singular e coletivo. Édipo, segundo Freud, é, nesse sentido, ao mesmo tempo uma construção e uma determinação advinda do social. Da matriz edípica teremos a sustentação possível do militarismo, religião, economia, polícia, pois não são mais do que instituições sociais interiorizadas na vida de cada sujeito: “Tudo o que vemos em ação interna aparece e permite a construção teórica de uma organização subjetiva externa, que determina nosso modo de ser como réplica da organização social” (ROZITCHNER, 1989, p.19).

Mas se a forma do social, esse exterior que engendra a força e o poder organizadores da própria subjetividade individual, triunfa, imprimindo no sujeito suas marcas, como podemos pensar a viabilidade de um sujeito que pensa, que se diferencia dos demais, que é falado, mas que também fala e reivindica uma marca única, singular? Ou seja, onde então se situaria o sujeito desejan- te?

Ora, ainda completamente dentro da perspectiva freudiana da questão, devemos lembrar que nessa constituição do sujeito determinado pela forma do social ocorre uma luta, uma negociação, uma transação. A formação do sujeito é justamente a descrição deste processo de ambivalência. Não há adaptação no sentido de um sujeito vencido ou totalmente rendido às determinações da forma social sem que haja muita resistência. A resistência é marca registrada inclusive na matriz de tudo, a situação edipiana. O fundamental da contribuição de Freud é ter constatado a força de resistência do sujeito a este processo, pois é justamente esta não submissão total que vai possibilitar a transformação.

5 SUJEITO, IDENTIFICAÇÃO E DISCURSO

Fanon, em sua experiência no hospital psiquiátrico de Blida-Joinville, citado por Bhabha (1998) em *O local da cultura*, se depara com uma impossibilidade enquanto psiquiatra colonial:

Se a psiquiatria é a técnica médica que tem como meta permitir que o homem não se sinta mais um estranho em seu ambiente, devo a mim mesmo a afirmação de que o árabe, permanentemente estrangeiro em seu próprio país, vive em um estado de absoluta despersonalização... A estrutura social existente na Argélia era hostil a qualquer tentativa de conduzir o indivíduo de volta ao seu devido lugar (BHABHA, 1998, p.71).

É muito polêmico o conceito de identidade no âmbito da Psicanálise, pois Freud jamais chegou a se preocupar em formular um conceito, conforme observa Chnaiderman (apud SIGNORINI, 2001):

Freud falou em "identidade de percepção" e em "identidade de pensamento", ou seja, pensava em formas de funcionamento do aparelho píquico. Freud referiu-se, isso sim, a processo de identificação, o que é muito diferente. O termo "identificação" vem sendo utilizado na literatura psicanalítica para definir processos estruturantes que ocorrem no Eu (ou Ego, dependendo do autor consultado) através dos quais este internaliza relações com o mundo circundante, dando lugares a matrizes identificatórias. Em Freud, é forma primitiva de vínculo afetivo com um objeto, que posteriormente dará lugar a escolhas de objeto

(p.48).

Não sendo dessa forma um conceito originariamente freudiano, acabou sendo cunhado em função da desnecessária preocupação em desenvolver uma noção de *self*, conceito este que visa organizar a plenitude das experiências do sujeito.

Estamos cientes da existência de autores, mesmo dentro do campo psicanalítico, que desprezam a utilização da noção de identidade. A legitimidade do conceito, segundo Guatarri (1986), explodiu de forma espetacular logo nas primeiras análises de Freud, em especial nos estudos sobre a histeria, pois "para aquém do discurso da identidade e do discurso do ego, modos de subjetivação podem se encarnar no corpo, em discursos de imagens, em discursos de relações sintomáticas, de relações sociais etc" (p.67). No que tange à questão da constituição do sujeito, o autor vai nos propor uma maior atenção aos modos de subjetivação ao invés de pensarmos no sujeito às voltas no círculo vicioso da identidade, pois a identidade é sempre pensada a abordada a partir da idéia de uma totalidade, de um centro, de uma referência, de uma essência, e, mesmo quando se admite a idéia de um sujeito constituído de forma heterogênea, é uma constituição de um sujeito heterogêneo pensado ainda dentro da idéia de uma unidade, uma parte integrante de uma unidade, de um todo.

Não descartamos aqui a noção de processo de identificação. Adotamos, nesta pesquisa, a perspectiva que vai ao encontro da idéia de identidade como processo de identificação em constante transformação, como algo processual, em mutação, negociação, recusando a concepção de identidade como algo acabado, estável ou possível de ser atingido em sua plenitude. Conseqüentemente, recusamos esforços que objetivam recuperar, mesmo que de forma parcial, através dos dispositivos da análise, o sentido verdadeiro, o sentido originário e/ou original, ou qualquer tentativa de se chegar a uma essência. A idéia de identidade cultural, por exemplo, largamente utilizada em alguns estudos culturais, ao mesmo tempo que pressupõe a identidade como um processo fragmentário, em crise e em constante transformação, corre o perigo de perder seu caráter composto, conforme observa Guatarri (idem):

A única observação que estou em condições de fazer é que me parece que os conceitos de cultura e de identidade cultural são profundamente reacionários: a cada vez que

os utilizamos, veiculamos, sem perceber, modos de representação da subjetividade que a reificam e com isso não nos permitem dar conta de seu caráter composto, elaborado, fabricado, da mesma forma que qualquer mercadoria no campo dos mercados capitalísticos (p.70).

Signorini (2001), em sua pesquisa sobre as figuras e modelos contemporâneos da subjetividade, estabelece duas maneiras distintas de se conceber a questão do sujeito, a problemática da identidade, do tempo, do sentido e da subjetividade. A autora identifica os estudos sobre a questão do sujeito e da subjetividade em torno de duas grandes frentes: a primeira, mais filiada à herança iluminista de salvação do homem por intermédio do império da razão, portanto estudos relacionados à tradição racionalista, também conhecidos como paradigmas da modernidade:

O traço mais geral comum a esses paradigmas é a afirmação da idéia de desenvolvimento teleológico num tempo reversível, isto é, elíptico ou circular, a partir de uma origem conhecida (ou conhecível), isto é, a partir de uma arqueologia fundadora (p.334).

Dentro desta tradição racionalista, podemos incluir todos os estudos da linguagem e da lingüística tradicional que vão partir da concepção de um sujeito que se apropria da língua como um instrumento ou ferramenta. Em consequência desse pressuposto, haverá possibilidade de transmissão de informação ou mensagem, pois trata-se de um sujeito que se apropria da língua como um instrumento ou uma ferramenta perfeita, ou seja, o sujeito é origem/fonte do sentido que ele transmite, é um sujeito de intenção. O sentido, a partir desta perspectiva, assume um estatuto possível de ser temporal, resgatável através de dispositivos intimamente associados à idéia de desvelamento. Saussure situa-se dentro dessa tradição, quanto ao aspecto de que deixou de lado a fala, porque as variações são dadas pelo sujeito, portanto também acabou deixando de fora o sentido, objetivando o estudo da língua enquanto sistema, proporcionando à lingüística um estatuto de ciência.

A segunda frente, Signorini (idem) vai agregar aos estudos inspirados nos paradigmas da pós-modernidade, estreitamente vinculados ao pós-estruturalismo europeu e à oposição à tradição hegeliana. A negação da idéia

de origem, de desenvolvimento teleológico e a afirmação da irreversibilidade no tempo constituem os três mais significativos postulados defendidos por esta frente. Desse modo:

[...] a problemática do sujeito, nessas abordagens, tende a ser assimilada a uma problemática da complexidade (instabilidade, descontinuidade, abertura) - em contraposição à da pluralidade, e a uma problemática dos processos de subjetivação - em contraposição à da identidade (p.336).

Seguindo essa lógica proposta por Signorini, ou seja, classificando duas formas distintas de abordagens em duas grandes frentes, teremos alguma dificuldade em situarmos perspectivas que não se enquadram nem totalmente dentro de uma frente nem dentro de outra. A questão da subjetividade tomada a partir de uma abordagem psicanalítica, e mesmo para o materialismo histórico, não vai se colocar da mesma forma que a tradição racionalista, mas também, segundo Signorini, não vai se alinhar em total sintonia com o paradigma da pós-modernidade. Esse "entre-paradigma", no qual Signorini situa a psicanálise, o materialismo histórico, a semiótica e as abordagens inspiradas pela ciência clássica, vai negar a crença em um sujeito centrado e racionalista, mais ainda vai postular a "idéia do sujeito como uma unidade recuperável pela análise" (p.334). Estamos aqui no terreno da contradição, de um sujeito plural, em que uma multiplicidade de lugares produzidos no campo ideológico-discursivo irá constituir categorias identificatórias, não raras vezes possíveis de ser distinguidas, separadas, compartimentadas.

Bhabha (1998), em *O local da cultura*, no capítulo intitulado *Interrogando a identidade*, desconstrói a idéia de identidade/identificação enquanto unidade, utilizando as contribuições de Lacan no campo da Psicanálise:

Finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora - é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação - isto é, ser para um Outro - implica a representação do sujeito na ordem

diferenciadora da alteridade. A identificação, como inferimos dos exemplos precedentes, é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro, de onde ela vem. Para Fanon, como para Lacan, os momentos primários dessa repetição do eu residem no desejo do olhar e nos limites da linguagem. A "atmosfera de certa incerteza" que envolve o corpo atesta sua existência e o ameaça de desmembramento (p.76-7).

O lugar da identificação é um espaço de cisão, vai dizer Bhabha (idem), retido na tensão da demanda e do desejo. "A fantasia do nativo é precisamente ocupar o lugar do senhor enquanto mantém seu lugar no rancor vingativo do escravo" (p.77). Sobre os processos de colonialismo, Bhabha vai dizer:

A luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua idéia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado. A análise da despersonalização colonial não somente aliena a idéia iluminista do "Homem", mas contesta também a transparência da realidade social como imagem pré-dada do conhecimento humano (p.72).

O imaginário tem uma força fundamental de convencimento do sujeito à idéia de centramento e transparência, em que a própria constituição do sujeito se estabelece a partir de fissuras, falhas inerentes à própria estrutura da linguagem. Aliás, Lacan (1985) vai propor a noção de inconsciente estruturado como uma linguagem, portanto fadado à incompletude.

Vejamos o que Bhabha (idem) nos diz sobre a duplicação da identidade na sua relação com a teoria psicanalítica:

A emergência do sujeito humano como social e psicologicamente legitimado depende da negação de uma narrativa originária de realização ou de uma coincidência imaginária entre interesse ou instinto individual e a Vontade

Geral. Essas identidades binárias, bipartidas, funcionam em uma espécie de reflexo narcísico do Um no Outro, confrontados na linguagem do desejo pelo processo psicanalítico de identificação. Para a identificação, a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade. As condições discursivas dessa imagem psíquica da identificação serão esclarecidas se pensarmos na arriscada perspectiva do próprio conceito da imagem, pois a imagem - como ponto de identificação - marca o lugar de uma ambivalência. Sua representação é sempre espacialmente fendida - ela torna presente algo que está ausente - e temporalmente adiada: é a representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição (p.85).

A noção de um sujeito constitutivamente dividido, clivado e indeterminado, postulado inicialmente por Freud e posteriormente retrabalhado por Lacan a partir da noção de linguagem, vai influenciar decisivamente as concepções de Authier-Revuz (1998) ao longo de toda a sua obra.

Da não-coincidência fundamental entre as duas ordens heterogêneas que a nomeação sobrepõe - a que concerne ao geral, ao finito, ao discreto dos signos, e a que concerne ao singular, ao infinito, ao contínuo das "coisas", do que se chamou a "falta de captura do objeto pela letra, surge, no próprio princípio da nomeação, a dimensão de uma perda, de "uma falta em nomear". E é dessa falha em nomear - que, para o sujeito falante é particularmente falha para se nomear, falha para dizer a verdade que "não se diz toda porque as palavras faltam" (LACAN) - que estruturalmente se constitui o sujeito, em um irreduzível desvio [écart] de si mesmo, sujeito, pelo fato de que ele é falante e, por

conseqüência do que ele é, falho (p.257).

Quando Freud descobriu o inconsciente deparou-se com um sujeito desejante que assumia formas e contornos paradoxais, contraditórios, ambivalentes. A idéia do inconsciente como um grande baú, depositário de todas as lembranças, situações traumáticas, primeiras sensações e experiências eróticas da tenra infância não passa de uma leitura extremamente positivista e equivocada da noção freudiana de inconsciente. Lacan (1985), posteriormente, retomou o conceito, conferindo-lhe um estatuto renovado:

O inconsciente, primeiro, se manifesta para nós como algo que fica em espera na área, eu diria algo de não-nascido. Que o recalque derrame ali alguma coisa, isto não é de se estranhar. É a relação da fazedora de anjos com os limbos. [...] Esta dimensão seguramente deve ser evocada num registro que não é nada de irreal, nem de desreal, mas de não realizado (LACAN, 1985, p.28).

Teixeira (2000) vai retomar a noção de sujeito e desejo postulados pela psicanálise, numa tentativa de construir um projeto para a Análise de Discurso pêcheutiana mais comprometido com estas duas noções psicanalíticas e que, segundo ela, mesmo referidas por Pêcheux (1987) em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, ainda foram trabalhadas de forma insuficiente:

Essas observações não esgotam tudo o que se pode dizer sobre a questão do sujeito do discurso. No entanto, parecem-me suficientes para mostrar o deslocamento, sugerido nos últimos textos de Pêcheux, de um sujeito assujeitado, produto de determinações que falam em seu lugar, para um efeito-sujeito, que - dada sua condição desejante - é inapreensível, indeterminado, sempre em produção (TEIXEIRA, 2000, p.92).

Até agora tentamos fazer algumas construções sobre como nesta pesquisa compreendemos a noção de sujeito e como a problemática da identificação está intimamente a ela associada. Passaremos a partir de então a discutir nosso entendimento sobre discurso.

Pêcheux definiu discurso como efeito de sentidos entre locutores, o que se constata já na obra de 1969, quando buscou reformular o esquema comunicacional de Jakobson. O funcionamento da linguagem vai acionar relações entre sujeitos e sentidos de modo complexo, contrário à idéia simplista de transmissão de informação, que se constitui em emissor, receptor, código, referente e mensagem, ou seja, temos um emissor que transmite uma mensagem - informação - a um receptor, uma mensagem formulada em um código referindo a algum elemento da realidade - o referente. Conforme reforça Orlandi (1999), a parti de Pêcheux:

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desse sujeito e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na idéia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (p.21).

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (1997) vai retomar a apropriação da noção de formação discursiva para dizer que:

[...] derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora (p.56).

Prosseguindo, Pêcheux vai dizer que, ao procurarmos ter em mente os perigos dessa apropriação, não se quer significar que devemos negligenciar por completo as redes de memória, mas justamente evitar que tomemos partido no sentido de uma determinação antecipadora da interpretação. Não há possibilidade de identificação plenamente satisfatória, ou seja, o Um, a sede de completude, esbarra no princípio do sujeito constitutivamente efeito de linguagem, efeito-sujeito inacabado de uma linguagem imperfeita e que não serve apenas de instrumento de comunicação entre os sujeitos ou simplesmente vai funcionar como veículo possibilitador de transmissão de informação ou de sentidos.

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma "infelicidade" no sentido performativo do termo - isto é, no caso, por um "erro de pessoa", isto é, sobre o outro, objeto da identificação (Idem, p.56).

Queremos apontar aqui alguns pontos de convergência entre o Pêcheux de *O discurso: estrutura ou acontecimento* e Bhabha (1998) de *O local da cultura*, pelo menos no aspecto que se refere ao entendimento de Pêcheux sobre a noção de discurso e formação discursiva. Na citação acima, ele diz de forma categórica que "todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação [...]", que "todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação [...]", referindo-se às redes

de memória e aos trajetos sociais. Bhabha (idem), de forma semelhante, vai dizer:

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição "recebida" (p.21).

As considerações sobre os conceitos acima trabalhados, colocam-nos uma interrogação: como se constrói o sentido no discurso? Ou mais pontualmente: como se constrói o sentido no discurso ao considerarmos a dimensão do desejo?

Formulada a pergunta, cabe um suplemento: a pretensão da pergunta não insinua nenhuma resposta "guardada na manga".

A desconsideração do caráter faltante do sujeito desejante e a afirmação da linguagem enquanto capaz de transmitir sentidos acabados, ou seja, o problema do sujeito-origem e da transparência da linguagem, conduzem a procedimentos metodológicos que não trabalham de forma radical com a hipótese de um sujeito constitutivamente ambivalente, ou como preferem alguns autores: com a heterogeneidade constitutiva do sujeito discursivo.

A partir de *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (1997) vai fazer uma reconfiguração teórico-metodológica importante em relação às suas postulações anteriores, inspiradas num modo de compreensão marcado por influências da Psicanálise lacaniana.

Bhabha (1998) também agrega à sua teoria um profundo atravessamento pela Psicanálise, em especial no que diz respeito ao conceito de pulsão e ao conceito de desejo.

Consideramos relevante colocar essas questões preliminares antes de prosseguirmos com nossa discussão, por uma razão em especial: Pêcheux foi autocrítico de suas postulações teóricas, agregando novos elementos que o conduziram em sua última obra a uma reconfiguração teórico-metodológica, levando-nos a acreditar em uma terceira época da Análise de Discurso ainda pouco delineada, "deixando-nos muito mais inquietações do que propriamente certezas" (TEIXEIRA, 2001, p.261).

Nesse sentido, buscamos subsídios em outras fontes com o intuito de construir um caminho teórico-metodológico que se definisse a partir da AD3 de Pêcheux, dispensando o apelo ao materialismo histórico, ou seja, dispensando a categoria de ideologia como exterioridade discursiva ou enquanto interpelação ideológica.

Começaremos com a distinção que Bhabha estabelece entre a noção de diversidade cultural e a noção de *diferença cultural* ou *hibridismo cultural*. Bhabha parece perceber a tensão, sem possibilidade de conciliação, da superficialidade contida na guetização cultural quando defendemos as proposições encerradas na idéia de diversidade cultural. Assistimos hoje a uma progressiva proliferação de articulações político-culturais de grupos na luta pela garantia, manutenção ou abertura de novos espaços de poder e de reconhecimento social. Inspirados na potencialização da crescente ética da tolerância, esses grupos acabam legitimando suas demandas encerrados em si mesmos, inviabilizando a abertura de espaços de autocrítica e deslocamentos. Atualmente, a ética da tolerância torna-se um forte dispositivo de lutas pela garantia de direitos, mas também pode facilmente se submeter à sedução do exotismo do multiculturalismo. Ela potencializa a política da polaridade, engessa o sujeito na aparente idéia de fazer parte de um movimento de resistência a uma dominação homogênea ou a uma Vontade Geral, portanto sujeita a estabelecer um estatuto de verdade declaradamente emancipatório. Nesse caminho de sedução, não abre caminho ao novo, não cria condições de autocrítica, assim como não favorece a articulação que viabilize a construção processual de uma *negociação* que suporte a potência ambivalente constitutiva da subjetividade humana e de sua potência de transformação.

A enunciação da diferença cultural problematiza a divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo vem a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos do artifício do arcaico. Essa iteração nega nossa percepção das origens da luta. Ela mina nossa percepção

dos efeitos homogeneizadores dos símbolos e ícones culturais, ao questionar nossa percepção da autoridade da síntese cultural em geral (BHABHA, 1998, p.64-65).

Em muitos momentos da sua narrativa, Bhabha faz vários apelos às idéias de Frantz Fanon, psicanalista da Martinica que participou da revolução argelina. Embora discorde de algumas proposições de Fanon, Bhabha recorre às suas idéias. Destacamos a citação abaixo justamente porque acreditamos que agrega muitos aspectos contemporâneos da luta pela sobrevivência cultural de alguns povos ou de algumas minorias destituídas, assim como denuncia o discurso que, ao tentar resgatar as origens perdidas, recai na busca de uma essência também perdida:

Fanon reconhece a importância cultural, para os povos subordinados, de afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas. Mas ele está consciente demais dos perigos da fixidez e do fetichismo de identidades no interior da calcificação de culturas coloniais para recomendar que se lancem "raízes" no romanceiro celebratório do passado ou na homogeneização da história do presente (Idem, p.29).

Não pretendemos adentrar-nos em análises sociológicas e antropológicas sobre o fenômeno, até porque não é nosso objetivo neste estudo investigar os movimentos sociais e suas lutas por reconhecimento social. Mas o fenômeno é por demais importante para que não nos detenhamos em seu modo de funcionamento. Na medida do possível, tentaremos algumas aproximações que nos conduzam à possibilidade de pensarmos esse movimento evidenciando tais sentidos manifestos pelos policiais. Acreditamos que esse movimento de resgate deve ser compreendido também sob a perspectiva do funcionamento discursivo.

Não nos parece que a adesão ao discurso de resgate das origens perdidas e oprimidas pelo discurso colonial ocorra em função de uma compreensão esclarecedora de mundo. Muito pelo contrário, a própria identificação com o agressor também pode alimentar a demanda de situar-se no lugar deste, o que talvez conduzisse a um mero processo de substituição de posições - da suposta posição de dominado à suposta posição de dominador.

Entretanto, não podemos deixar de constatar a lógica da polaridade agindo com toda a sua força vigorosa e cega nas relações entre sujeitos e nas relações sociais. Bhabha, porém, utiliza-se desse recurso para fazer sua crítica ao discurso da tradição, não o refutando por completo, mas relativizando seu projeto e sua eficácia:

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição "recebida" (Idem, p.21)

O relativismo está presente nesta crítica de Bhabha, pois os embates de fronteira que se estabelecem podem tanto conduzir ao consenso como podem revelar uma profusão conflituosa, "podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso" (p.21).

O policial enquanto agente social, reconhecendo ou não esses conflitos no âmbito social, está dia a dia no *front* da conflitualidade, seja no embate de ações individuais seja no embate de pequenos grupos sociais, mas parece-nos prematuro fazermos conexões sobre a questão com as práticas policiais no momento em que nos encontramos nesta investigação.

Outra idéia associada à questão da problemática entre passado e presente, tradição e modernidade, diz respeito àquilo que Bhabha denomina *trabalho fronteiro da cultura*, em que dificilmente manter-se-ia intacta a política da polaridade:

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com "o novo" que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um "entre-lugares" contingente, que

inova e interrompe a atuação do presente. O "passado-presente" torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p.27).

Parece-nos que essa tensão que se estabelece entre passado e presente, tradição e modernidade, carece de elementos outros de interpretação que consideramos indispensáveis antes de darmos por encerrado o assunto. No ponto em que estamos de nossa discussão sobre a temática, consideramos importante trazer para o diálogo algumas idéias de Pêcheux (1999) em torno da questão da memória. Ainda situadas de forma preliminar em nossas interrogações, mas nem por isso secundárias, algumas aproximações entre ambos os assuntos colocam-nos diante do desafio de pensarmos o papel da memória no fio do discurso. Algumas outras palavras também associam-se a essas interrogações, ao elegermos essa demanda teórica, tais como a noção de esquecimento, a noção de pré-construído - conforme a perspectiva pêcheutiana adotada no texto *O papel da memória*, assim como a concepção de repetição.

No texto supracitado, Pêcheux (1999) coloca a questão da memória "como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização" (p.52). A memória discursiva, segundo o autor, restabelece um importante elemento: os "implícitos", ou de forma mais precisa, os pré-construídos, colocando-nos uma difícil tarefa:

A questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão "ausentes por sua presença" na leitura da seqüência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto? (PÊCHEUX, 1999, p.52).

Bhabha (idem) não faz nenhuma referência explícita à noção pêcheutiana de acontecimento, entretanto, ao situar a questão da tensão entre tradição e modernidade, ou então da crença de se recuperar o sentido originário do passado, introduz a idéia do trabalho fronteiro da cultura, que desestabiliza a ilusão de homogeneidade atribuída à crença de uma suposta origem perdida, instaurando uma ruptura no *continuum* de passado e presente, favorecendo o surgimento de algo da dimensão do não-nascido.

A partir de então, a idéia de "máquina discursiva" é alvo de duras

críticas de Pêcheux (1997) em suas últimas reflexões teóricas, justamente porque enfraquece a possibilidade do acontecimento. Quando o autor refere que “não há identificação bem sucedida” (p.56), acaba trazendo para o centro da discussão a controvertida questão do assujeitamento, noção esta inspirada em Althusser (1998), presente no desenvolvimento teórico enfatizado na obra *Semântica e discurso*, de Pêcheux (1988). Dessa forma, a idéia de assujeitamento irá comportar a radicalização de uma não-totalidade, ou seja, o assujeitamento não pode ser total, sempre havendo a emergência de uma resistência por parte do sujeito a uma identificação bem sucedida.

A introdução destes questionamentos “tardios” de Pêcheux na pauta da discussão sobre a noção de discurso irá favorecer o surgimento da necessidade de um maior apelo à Psicanálise, embora ainda trabalhado de forma pouco aprofundada. Embora esse referencial esteja indicado desde o postulamento do quadro teórico da AD, que busca a articulação das regiões do conhecimento: materialismo histórico (teorias das ideologias), lingüística (processos sintático-semânticos, teoria da enunciação), teoria do discurso, atravessada por uma teoria psicanalítica da subjetividade, é na última obra, de 1983, que a psicanálise se torna mais importante.

Nesse sentido, faremos algumas considerações breves sobre a noção de Real da língua, já introduzida por Pêcheux (1997) no capítulo 2 de *O discurso: estrutura ou acontecimento*, pois acaba admitindo a idéia da língua como estando sempre sujeita ao equívoco, conseqüentemente admitindo a escapância do sentido.

Consideramos importante destacar as contribuições de Milner (1987) desenvolvidas na obra *O amor da língua*, em que o autor trabalha objetivando situar “a lingüística enquanto afetada pela possibilidade da psicanálise” (p.17).

Juntamente com o registro do imaginário e o registro do simbólico, o real tem a ver com a “falta-a-ser”, portanto, é o informe, “o que sempre aparece construído precariamente, falsamente: é impossível” (VALLEJO, 1981, p.116). O efeito do real “é o objeto do desejo como lugar de uma falta impossível de ser preenchida, produzida como resto, como desperdício, como algo caído que seduz e engendra a busca” (p.116).

Pêcheux (1987) também recorreu à noção lacaniana de Real em sua última reflexão teórica, certamente não ao acaso abordada justamente no capítulo em que ele faz duras críticas ao estruturalismo, à idéia de ciência régia que trata das “coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea”

(p.35).

Na busca de uma definição de língua, Milner (idem) trabalha a relação da lingüística com a *alíngua* como sendo uma relação sutil ao não-todo (p.72). Vejamos como o autor procura situar a *alíngua*:

A alíngua é marcada pelo não-todo, nisto que ela falta sempre à verdade. Este não-todo se manifesta como uma série de pontos de impossível: pensar a língua é afirmar que estes pontos formam uma rede e que esta rede é representável. Pensar, também, que ele é representável como um todo, e se obtém, na sua conjunção contraditória, as duas proposições: a língua é o todo do não-todo (MILNER, 1987, p.72).

Ao atentarmos para as reformulações propostas por Pêcheux (1997) em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, necessariamente teremos que considerar a Análise de Discurso uma disciplina de interpretação sempre atenta a todo equívoco constituinte da língua. Se há Real, Real da língua, ou seja, escapância de sentidos, pontos de deriva, faz-se necessário admitir que todo e qualquer discurso está suscetível em tornar-se outro. “As filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são máquinas de aprender” (p.54), precisamente porque existe um Real sócio-histórico. Conseqüentemente, a concepção de estrutura não deve apagar a força do acontecimento, pois este potencializa o surgimento de sentidos outros sempre emergentes, mesmo não ditos, mas “não-ditos” no interior do próprio dito.

Considerando o ponto no qual nos encontramos em nossa discussão, é importante destacarmos a investigação feita por Bhabha (1998) em torno da categoria de hibridismo cultural. Embora utilizada por ele para propor modos de intervenção no discurso colonial, esta categoria pode ser pensada como um importante elemento também para a Análise de Discurso, tendo em vista que o hibridismo acolhe a ambivalência como constitutiva do humano.

Bhabha (idem) não concebe o hibridismo como um movimento conciliatório de conflitos entre “um” e “outro”, ou seja, não é um elemento que possibilita a pacificação/harmonização de forças contraditórias e antagônicas, de culturas “diferentes” em choque. Não se trata de um terceiro termo alternativo dotado de profundidade que acolhe a agonia do homem

colonizado, imerso na alienação. Tampouco o considera o terceiro elemento da cena que emanciparia o sujeito das malhas do discurso colonizado. O híbrido também não concilia os antagonismos e os dualismos. Para Bhabha, o hibridismo “reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes “negados” se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade” (p.165).

Dessa forma, podemos pensar que a interpretação põe em movimento sentidos outros - não necessariamente “negados”, surpreendidos no interior do próprio dito, causando um estranhamento na aparente estabilidade dos sentidos. A interpretação não faz emergir das profundezas o sentido oculto, mas causa o estranhamento da aparente obviedade do dito. Antes de desconstruir, ela desestabiliza as bases seguras que faz com que o sujeito acredite na transparência do seu dizer.

6 UM ENSAIO DE ANÁLISE

6.1 O estabelecimento do *corpus* discursivo

Os três pronunciamentos escritos a seguir relacionados foram selecionados a partir de um total de mais de 300 pronunciamentos, constituídos a partir de uma avaliação escrita feita por alunos-polícias, solicitada por mim ao final da disciplina Desenvolvimento Humano e Social, no ano de 2000 e 2001, da qual era professor (e o sou ainda).

Desenvolvimento Humano e Social é uma disciplina que dá início a um curso de atualização de conhecimentos teóricos e técnico-operacionais denominado Curso de Ações Básicas de Segurança Pública: Uso da Força e da Arma de Fogo, promovido pela Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, conforme explicitado no capítulo 2, item 2.3.

O curso supracitado teve início em 1999, ocorrendo durante os anos de 2000 e 2001, já estando prevista sua continuação a partir de abril de 2002, e objetivando atingir a todos os agentes de segurança pública do Rio Grande do Sul. É um curso de atualização de conhecimentos, com duração de 40 horas/aula para cada turma. As turmas são compostas por 20 alunos, distribuídas da seguinte forma: 10 alunos da Brigada Militar (oficiais e não-oficiais), 8 alunos da Polícia Civil (delegados, investigadores, comissários etc.), 2 alunos da SUSEPE - Superintendência de Serviços Penitenciários (agentes penitenciários). Algumas turmas, em Porto Alegre, também contaram com a presença em sala-de-aula de técnicos do Instituto Geral de Perícias.

Cabe ainda destacar que a composição mista das turmas, ou seja, Brigada Militar, Polícia Civil e SUSEPE, justifica-se pela disposição da atual política de segurança pública da Secretaria da Justiça e da Segurança de inserir-se no projeto nacional de integração das polícias, que estabelece princípios de atuação comuns a essas instituições.

Antes de prosseguirmos, acreditamos ser necessário fazer algumas considerações gerais no que tange à disseminada crença de que seria possível

dar conta das condições ideais de produção de qualquer material que envolva direta ou indiretamente a subjetividade. Essa crença ampara-se na busca de condições ideais de controle das possíveis variáveis que interfeririam na produção do material coletado e que supostamente estaria nas mãos do pesquisador, como se fosse possível ao pesquisador controlar todos os fatores que permeiam a análise. Interferir o mínimo possível nas condições de produção do *corpus* vincula-se à concepção cientificista de se fazer pesquisa, em que o pesquisador deve adotar uma posição de neutralidade (essa não é a posição que adotamos nesta pesquisa).

Essa idéia também comporta a crença de que existe um objeto pesquisado passível de ser desvelado por intermédio de instrumentos e teorias que resguardariam a essencialidade do objeto de pesquisa e, por isso, também revela a pretensão de se separar sujeito e objeto. Pêcheux (1997), ao ressituar o projeto de uma Análise de Discurso não mais empenhada em dar conta das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, vai fazer duras críticas ao encaminhamento dado quanto à questão da interpretação, ou melhor, à crença de garantir o controle sem "sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real)" (p.35).

Também por isso, consideramos relevante destacar as condições do espaço de aula em que foram produzidos os pronunciamentos no sentido de tentar estabelecer algumas informações sobre a metodologia aqui adotada nessas aulas. Elencá-las todas seria da ordem do impossível, pois muitas delas relacionam-se com questões subjetivas muito particulares. As pessoas variam muito na sua sensibilidade, de modo que um sujeito pode reagir a determinado estímulo diferentemente de outro sujeito sob o mesmo estímulo. Com isso quero dizer que a maneira como cada um significa também diz de uma ordem inconsciente.

A disciplina Desenvolvimento Humano e Social é concebida como um importante espaço de fala e de escuta, de interlocução e troca de experiências entre os alunos-policiais, o que de resto acaba potencializando uma gama importante de motivações outras, advindas de outras demandas que não somente o mundo do trabalho.

Os critérios considerados relevantes para a seleção dos depoimentos dos alunos-policiais a serem analisados, como já foi referido na introdução desta pesquisa, fundamentam-se na diversidade de efeitos de sentidos apontados, ou seja, procuramos selecioná-los conforme a diversidade e posições (aceitabilidade parcial, dúvida e descrença) em relação ao Curso, o que

remete-nos a postular a constituição de uma ambivalência manifestada nas marcas lingüísticas identificadas.

O exercício de análise discursiva a que nos propomos a partir de agora inspira-se em Pêcheux (1997), mais especialmente na sua última produção teórica *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Além disso, também nos propomos a estabelecer uma interlocução entre este autor e entre algumas idéias de Bhabha (1998) trabalhadas em *O local da cultura*, já desenvolvidas no capítulo anterior, com vistas a subsidiar a análise.

Entendemos que as enunciações formuladas pelos alunos-policiais, civis e militares, no curso do qual participam, são relevantes como suporte da análise, pois os sujeitos mobilizam a língua. Eles falam de si e de sua condição profissional, de um lugar de alunos no curso, que pode ser entendido como um acontecimento. E todo acontecimento caracteriza-se pela novidade e imprevisibilidade, conduzindo potencialmente à diversidade de sentidos.

Tendo em vista o lugar de analista, entende-se que a análise de discurso consiste numa leitura interpretativa que passa pela descrição das marcas lingüísticas destacadas. Essas marcas identificadas são submetidas a um processo de questionamento que as vincula a novas relações, nas quais sentidos outros aparecem, vinculados a outros enunciados discursivos. Assim, as questões do analista sobre as palavras destacadas para análise desencadeiam sentidos diversos, não ditos, mas que coexistem no interior do dito. Dessa forma, entendemos que a interpretação passa necessariamente a incorporar a idéia de que todo e qualquer enunciado pode tornar-se outro, ou seja, a língua conduz sempre ao equívoco, à escapância de sentidos, portanto, remete à idéia de discurso como desconstrução/reconstrução.

Desse modo, o que é dito pelo aluno-policia na sua formulação é capaz de remeter, via memória histórico-discursiva, ao que foi dito em outras historicidades, resgatando-se essa presença de outros dizeres - não evidentes, mas possíveis - como constituintes do que foi dito.

Esse enfoque torna-se possível principalmente através das concepções de que a língua é equívoca, ou seja, ela permite que um enunciado sempre se torne outro. Desse modo, a análise se efetiva num espaço situado entre a estabilização do sentido e sua transformação.

O procedimento que adotamos para o exercício de análise, portanto, foi interrogar as palavras ditas pelos sujeitos-policiais-alunos, tendo em vista

evidenciar a presença de sentidos outros que apontam para a heterogeneidade e ambivalência de ser policial.

Segue abaixo a transcrição, na íntegra, das formulações extraídas dos comentários escritos dos alunos-policiais, sem qualquer espécie de ajuste, modificação ou correção gramatical. Logo em seguida, destacamos, em sublinhado, as marcas lingüísticas de ênfase identificadas, que serão posteriormente analisadas. Entendemos “marcas lingüísticas” como pistas que conduzem à diversidade de sentidos.

Policial A:

(1) O curso me parece ser uma janela aberta, onde podemos gritar as nossas angústias, medos e sofrimentos.

(2) A final somos pessoas, seres humanos.

(3) Temos direito de sermos ouvidos, e tratados como tais.

(4) Pois me parece um contrasenso.

(5) Como policial, funcionário público; saber tratar a todos com solidariedade e respeito.

(6) Sem em contrapartida recebermos o mesmo, tanto do Estado, como de nossos superiores. Tanto no que diz respeito a valorização salarial, como no que diz respeito as melhores condições de meios para realizar o serviço.

(7) Eu acredito numa mudança para melhor.

(8) Do contrário, essa instituição vai acabar.

(9) Pois não está contentando ninguém; nem a sociedade, nem seus próprios funcionários.

Policial B:

(10) Realmente eu acho que a preocupação hoje com os rumos da segurança, faz sentido.

(11) É de vital importância que as autoridades tentem hoje fortalecer e abastecer os homens encarregados da segurança da comunidade de conhecimentos para que nos enquadremos com as normas mundiais.

(12) Mas a de se ter um cuidado para não

tirarmos a essência que cada policial traz, a herança histórica que mantem estes homens firmes e leais.

(13) Sob pena de haver uma desmotivação geral e em consequência disso um total crescimento da criminalidade.

Policial C:

(14) A intensão de quem está promovendo este curso talvez seja das melhores,

(15) porém queremos algo de concreto; uma resposta aos nossos anseios.

(16) Chega de teoria, está na hora de colocar em prática os ensinamentos, começando do pico da pirâmide.

(17) "Eles" tem que nos ouvir e não só colocar "guela abaixo" e não só fazer de conta que estão ouvindo aos nossos questionamentos.

(18) Queremos uma solução para os problemas, não queremos que fique só no "faz de conta".

(19) Porém temos o problema social; não adianta só equipar a polícia.

(20) O desemprego, a miséria continuam.

(21) Conclusão: o problema é bem maior do que se imagina.

(22) Algum proveito, com certeza, tiraremos do curso.

As marcas lingüísticas de ênfase identificadas são:

- a) [...] me parece ser uma janela aberta;
- b) [...] gritar as nossas angústias;
- c) Pois me parece um contrasenso;
- d) Sem em contrapartida recebermos o mesmo;
- e) Do contrário, esta instituição vai acabar;
- f) [...] que as autoridades tentem hoje fortalecer e abastecer os homens [...];
- g) [...] para que nos enquadremos com as normas mundiais;
- h) [...] porém queremos algo de concreto; uma resposta aos nossos anseios;
- i) Queremos uma solução para os problemas.

Inicialmente fazemos algumas considerações. Não podemos deixar de notar, nos depoimentos obtidos, os efeitos produzidos pela proposta pedagógica do Curso de Ações Básicas, mais especificamente da disciplina Desenvolvimento Humano e Social. Na medida do necessário, retomaremos algumas colocações já evidenciadas anteriormente nesta pesquisa sobre a proposta pedagógica do curso e a metodologia empregada, pois, no caso específico dos depoimentos em discussão, parece-nos que seus efeitos estão evidenciados de forma bastante acentuada. Embora a metodologia proposta pelo curso como um todo sustente-se a partir de uma dinâmica "dialógico-crítica", ou seja, "participativa", a disciplina Desenvolvimento Humano e Social parece confirmar o adoecimento das estruturas policiais, evidenciado por intermédio da forma como os alunos-policiais se posicionam em suas falas em sala de aula e também nos comentários escritos.

Nosso entendimento daquilo que aqui preferimos chamar de adoecimento das estruturas policiais diz da histórica tradição de disciplinamento não somente dos corpos físicos de seus agentes mas também da interdição de espaços de fala, interlocução entre seus "agentes", assim como da interdição ao estabelecimento de possíveis relações interinstitucionais, pois as instituições policiais ainda mantêm aquela disposição sobre a qual fizemos referência em outro momento desta pesquisa: a *foraclusão* institucional, mencionada por Bisol (2002), ao evidenciar o caráter de não-adequação ou ausência de negociação das estruturas policiais com o corpo social, situando-se enquanto exceção institucional, ou seja, no lado de fora da institucionalidade civil. De forma alguma estamos insinuando a possibilidade de espaços institucionais desprovidos de quaisquer interdições, como se um livre pensar pudesse desenrolar o sujeito das amarras institucionais, sem qualquer espécie de "assujeitamento" ou então de possibilidades de movimentos que atinjam um absoluto desprendimento da força da tradição. Não estamos propondo uma forma idealizada de ajustarmos em um só lance o atual funcionamento das instituições policiais às instituições não-policiais. As demais instituições não estão totalmente desprovidas das características autoritárias da hierarquia verticalizada existente nas estruturas policiais.

O argumento de que o panoptismo, amplamente utilizado no sistema prisional, concebido para corrigir o indiscionamento dos corpos e das mentes não adaptáveis à nova sociedade que estava por vir, concebido por Foucault (1998), em sua obra *Vigiar e punir*, disseminou-se por todo o corpo social,

atingindo progressivamente as demais instituições. Com o problema da contaminação da peste, em especial no fim do século XVII, se faziam necessárias medidas de policiamento espacial com o objetivo de evitar a disseminação da mesma. Segundo Foucault (idem)), também ocorre um sonho político decorrente da peste:

[...] não a festa coletiva, mas as divisões estritas; não as leis transgredidas, mas a penetração do regulamento até nos mais finos detalhes da existência e por meio de uma hierarquia completa que realiza o funcionamento capilar do poder; não as máscaras que se colocam e se retiram, mas a determinação a cada um de seu "verdadeiro" nome, de seu "verdadeiro" lugar, de seu "verdadeiro" corpo e da "verdadeira" doença. A peste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos "contágios", da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem (p.175).

A função de disciplinamento do corpo social foi em grande parte ocupada pelo sistema policial. A partir do século XVII, o poder policial assume o exercício constante de tudo vigiar, observar, controlar, investigar e punir. A continuidade do sonho panóptico de construção de uma sociedade ordeira, disciplinada, padronizada e receptiva ao novo sistema que se configurava, dependeu de dispositivos permanentes que tornassem possíveis a sua disseminação para todo o corpo social. Nesse sentido, os métodos empregados, ininterruptamente estudados, reformulados, sofrendo ajustes conforme as mudanças sociais, tiveram na institucionalização progressiva das polícias sua continuidade. O sistema prisional, as casas de correção, os manicômios, as demais instâncias sociais também sofreram em graus variados os efeitos de suas prerrogativas, inclusive a mais universal de todas elas: a escola.

Os interditos institucionais mais enraizados certamente estão concentrados na observância do controle da livre expressão de idéias e sentimentos. No momento, não nos deteremos mais nesta questão, pois retornaremos posteriormente a ela quando analisarmos as marcas lingüísticas de

ênfase, que apontam de forma significativa para estes sentidos de controle/submissão.

Janela aberta

No enunciado “me parece ser uma janela aberta”, destacamos a marca lingüística janela aberta. Esta marca aponta para um sentido de dúvida, pois estabelece uma tensão entre desconfiança/confiança e ao mesmo tempo possibilidade/impossibilidade. No trecho “ o curso me parece ser (...)”, o verbo “parecer” coloca em “suspensão” o curso, ou seja, estabelece uma dúvida entre ser ou não ser uma janela aberta. O curso é qualificado como espaço de queixa e de denúncia. Nesse sentido, cumpre, em certa medida, um preenchimento dessa carência, pois a instituição não tem espaços que promovam o diálogo, como de resto outros espaços educativos, tomados no sentido da formação humana.

Uma janela pode estar aberta, fechada, trancada, semi-aberta. Através de uma janela aberta, o mundo lá fora pode ser visto, pode tornar igualmente possível que o que estava “por trás” apareça, se manifeste. É uma relação que movimenta o “ver” e o “ser visto”. Uma janela fechada pode ocultar, esconder, assim como proteger, abrigar.

A figura do policial como “bicho papão”, muitas vezes utilizada pelos adultos como estratégia para convencer as crianças a se comportarem, reforça e conserva o ideal de uma sociedade de tipo disciplinar; o policial, nesse sentido, é identificado como o guardião da ordem, alguém que está alerta, sempre vigiando, à espera de que a qualquer momento a ordem possa ser transgredida. Essa idéia está no imaginário social e a qualquer momento pode irromper.

Foucault (1988) associa a manutenção de uma sociedade do tipo disciplinar à presença de uma polícia disciplinada: “O soberano, com uma polícia disciplinada, acostuma o povo à ordem e à obediência” (p.189). De forma deslocada, poderíamos dizer que, para que esta disposição obtenha sucesso, é preciso que esse dispositivo seja extensivo a todo o corpo social, agindo não somente no disciplinamento do corpo físico, mas numa “física psíquica”, em que muitos outros mecanismos sociais incorporem essa idéia e a transformem, tornando impossível a tarefa de distinguirmos ou separarmos “mundo latente” e “mundo manifesto”, como podemos verificar nesse recurso

muito utilizado pelos adultos para manterem suas crianças sob controle.

O curso é uma janela aberta e janela é espaço que possibilita encontro com vazios e silêncios impregnados de um sentido de uma coisa outra que o sujeito-policia não consegue nomear, mas deseja. A janela aqui se costura aos sentidos manifestos no "parece". Através da janela podemos falar sobre um sujeito desejante e sentidos vários que se desmancham. Por que o policial precisa de uma janela, ou seja, de um espaço diferente daquele ocupado por ele, nesse caso, a instituição policial? Talvez porque de forma inconsciente ele receie não ser possível transformar muito a instituição, e o curso-janela surge como uma espécie de espaço compensatório. Tudo isso tem a ver com o sentido de dúvida e com uma certa anestesia social desse sujeito.

Analisar a marca janela aberta sem relacioná-la ao modo de funcionamento hierarquizado e militarizado das organizações policiais, sem dúvida, acarretaria uma análise que não levaria em consideração as marcas da historicidade que também constituiriam essas instituições e, conseqüentemente, os modos como os sujeitos se filiam e negociam com sentidos outros, inclusive com sentidos alheios e estranhos a essas instituições. Entendemos que essa historicidade não é uma herança que determina o destino ou o futuro dos seus modos de funcionamento. Não há um núcleo central que poderíamos identificar como sendo o nascedouro de sua razão de ser, ou então como nos fala Bhabha, ao criticar esse modo de ver a questão do tempo, "a mão morta da história que conta as contas do tempo seqüencial como um rosário, buscando estabelecer conexões seriais, causais" (BHABHA, 1998, p.23).

Suspeitamos que janela aberta articula-se com aquilo que Bhabha denominou de trabalho fronteiro da cultura, pois ao mesmo tempo que não apaga as marcas do passado, também não glorifica esse passado como sendo um altar sagrado que justifica seu atual modo de funcionamento:

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com "o novo" que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um "entre-lugares" contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O "passado-presente" torna-se parte da

necessidade, e não da nostalgia, de viver
(BHABHA, 1998, p.27).

Nesse sentido, parece-nos que janela aberta estabelece uma articulação com a surgimento de um entre-lugares, algo ainda inominável, algo que quer fazer-se presente por intermédio de uma ausência, algo que escapa ao domínio, mas que torna os sentidos pré-estabelecidos instáveis e insuficientes, causando um efeito de estranhamento e descontinuidade.

Por outro lado, percebemos que janela aberta aponta para uma necessidade de o sujeito encontrar uma saída, um caminho que, como diz Bhabha (idem), interrompa a atuação do presente. Precisa romper com o presente porque esse presente é cruel e desumano, porque transforma o sujeito-policial em um mero instrumento de poder, um policial-executor de tarefas, pois tradicionalmente existe no interior das instituições policiais a separação entre quem pensa e quem executa as ações, em especial nas organizações militares.

Gritar

No enunciado "onde podemos gritar as nossas angústias", destacamos a marca lingüística gritar. Parece-nos que a escolha pelo verbo gritar não deve ser considerada como uma escolha sem maiores implicações. Consideramos profícua esta marca porque, além de enfatizar um sentido mais forte do que, por exemplo, o verbo falar, dizer ou expressar, existe um verbo que antecede a marca gritar que lhe confere um caráter de ambivalência. A utilização do verbo poder, conjugado na terceira pessoa do plural, antecedendo o verbo gritar, estabelece uma ambigüidade entre um sentido de permissão e um sentido de possibilidade. É estabelecido um sentido de limites e de obediência entre poder e não poder.

Gritar pode ser entendido aqui também como um recurso para espantar o medo, um recurso catártico que poderia possibilitar uma espécie de "purificação", "limpeza", uma ação que evitaria a um mal maior decorrente de um excessivo acúmulo de carga afetiva negativa como uma forma compensatória de descarga emocional. Uma forma de alívio.

Estes sentidos possíveis que estamos apontando articulam-se com aquilo

que estávamos anteriormente discutindo em relação à problemática da unilateralidade com que a questão dos direitos humanos são abordados dentro das instituições policiais. Enunciados do tipo: "bandido bom é bandido morto", ou então "direitos humanos na teoria é uma coisa, na prática é outra" são repetidamente pronunciados pelos alunos-policiais nas discussões que envolvem a temática dos direitos humanos. Se os debates sobre a verticalidade do poder dentro das polícias militares ainda são escassos, fica mais distante ainda o difícil trabalho de desconstrução dessa forma de estruturação institucional. Os rígidos regulamentos disciplinares a que são submetidos os policiais militares, a inexistência de formas dialogadas de resolução de conflitos internos e relacionados às ações policiais, o grau de importância atribuído às questões de cunho por nós consideradas superficiais, tais como o corte de cabelo, o uso ou não de barba, a forma de cumprimento ao se dirigirem a um superior direto ou indireto, as questões relativas à orientação sexual e de gênero são instrumentos que mascaram uma realidade que coloca o sujeito-policial em uma situação de ambivalência em relação a suas ações. Pensa-se de uma forma e demanda-se um comportamento de forma inversa, ocorrendo uma dissociação entre pensamento e comportamento. A ambigüidade do trabalho policial é considerada uma característica importante; por um lado, mede-se o número de prisões efetuados; por outro lado, exige-se que os policiais sigam rigorosamente os ditames legais.

Dessa forma, cabe ainda mencionar que esse caráter "ambíguo" do trabalho policial ao qual fazemos referência, necessariamente, deve levar em consideração a pouca instrução que receberam os policiais com mais tempo de serviço, estando estes muito mais submetidos a cometerem erros por ainda estarem amparados em paradigmas ultrapassados.

Também lembramos que muitas escolhas de ordem pessoal que consideramos um direito garantido, para o policial militar estão sujeitas a outra forma de entendimento e, conseqüentemente, sujeitas à punição. A punição é prescrita de forma categórica para tudo aquilo considerado pelo regulamento disciplinar enquanto indisciplina, desleixo ou comportamento inadequado.

Algumas das características do trabalho em segurança pública consideradas importantes se expressam através do contexto diário e constante de risco, perigo e tensão, minuciosidade de prescrições laborais, atividades demasiadamente repetitivas ou constantemente variadas e de alta responsabilidade, rígida separação hierarquizada entre quem pensa e quem executa a ação, controle da organização do trabalho atingindo o âmbito familiar, assim como a necessidade constante de reafirmar e reforçar a

virilidade.

Recentemente, tivemos algumas alterações no Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares do RS (RDMS), decreto número 41.067, de 24/09/2001, publicado no Diário Oficial do Estado em 25/09/2001. Considerado um trabalho inédito no país, ele define com clareza os direitos e deveres dos servidores da Brigada Militar (doravante BM), tanto no que diz respeito à vida funcional, nas atividades, quanto na relação com seus superiores. Dentre as várias alterações feitas em relação ao Regulamento anterior, destaca-se a mudança das sanções disciplinares: advertência, repreensão, suspensão, licenciamento, exclusão, demissão. Destacamos as sanções disciplinares porque não era raro ocorrerem casos de policiais que ficavam reclusos nos quartéis da BM, muitas vezes por motivos considerados por nós, leigos, insignificantes.

Faz-se necessária a menção ao Regulamento Disciplinar, porque o consideramos um importante dispositivo que nos permite ter uma "visibilidade", um panorama da forma como os direitos humanos são abordados dentro das corporações policiais e de como essa forma reflete-se, direta ou indiretamente, na ações policiais frente à população em geral. A marca lingüística gritar evidencia um efeito de sentido de desabafo, de catarse. Mas também de resistência e denúncia.

O policial militar está colocado em uma posição paradoxal, pois ao mesmo tempo que lhe é exigido agir dentro dos limites da lei, cada vez mais tendo que levar em consideração os direitos humanos em suas ações, por outro lado ele sabe que seus direitos não são respeitados em igual proporção.

A marca gritar também aponta para um sentido de sofredor. Os movimentos sociais também "gritam" e são historicamente reprimidos pela força policial. Assim sendo, que tipo de sofredor poderíamos considerar o policial? Quer dizer, de que lugar de sofredor ele fala quando não se inscreve no sentido de sofrimento legitimado pela sociedade? Será que ao invés de se inscrever num lugar de sofredor, em função mesmo do imaginário social e do modo como o sujeito-policial negocia com ele, este policial não está nos dizendo algo pior? Ou seja, será que ele não está inscrito num lugar no qual não se permite qualquer identificação com um sentido de sofrimento em função do suposto poder que se imagina que ele tenha?

A indumentária utilizada pelas polícias militares torna sua visibilidade constante. Nesse sentido, as polícias militares fardadas, diferentemente das polícias civis, incorporaram de forma mais concreta e visível o modelo de uma

sociedade disciplinar. A polícia civil, talvez por uma questão estratégica, tem se distinguido da polícia militar em sua aparência justamente por suas atribuições mais investigativas. A camuflagem servindo como um eficaz dispositivo de penetração no universo do crime e do criminoso, como uma máscara que lhe possibilita trabalhar sem ser visto, ou seja, ver sem ser visto. Sua "invisibilidade", ou melhor, sua aparente semelhança aos homens comuns possibilita tornar a investigação mais ágil. Já a polícia militar, incumbida historicamente do policiamento ostensivo, pela vigilância, muito mais do que qualquer outra, o tempo todo está sendo vista. Sua visibilidade funciona como um dispositivo de intimidação, seu próprio corpo é escudo, sua identificação é transparente.

Contrasenso, contrapartida, contrário

Nos trechos "pois me parece um contrasenso", "sem em contrapartida recebermos o mesmo" e "do contrário, essa instituição vai acabar", analisaremos as marcas lingüísticas contrasenso, contrapartida e contrário. Essas três marcas encaminham-se para o mesmo sentido, ou pelo menos para um sentido semelhante.

No caso de:

[me parece um] contrasenso

O prefixo negativo "contra" nega o atributo indicado na palavra-base. Conforme refere Teixeira (2001), ao demonstrar o funcionamento das palavras avaliativas em construções negativas, "Como têm estatuto de negação, pode-se dizer que essas formas contêm uma afirmação que aponta para o sempre-já-aí" (p.282). "É pela relação contrária e contraditoriamente estabelecida entre a voz afirmada e a voz negada, que o sujeito discursivo aí se institui" (p.285). Ao fazer referência à poética da "invisibilidade", da "elipse", do mau olho e da pessoa desaparecida, Bhabha dirá que "é uma estratégia de ambivalência na estrutura de identificação que ocorre precisamente no intervalo elíptico, onde a sombra do outro cai sobre o eu" (BHABHA, 1998, p.97).

Consideramos estas três marcas lingüísticas importantes, aparecendo o prefixo "contra" três vezes no mesmo pronunciamento. Conforme o sentido dicionarizado, segundo o Dicionário Aurélio, temos um dito ou contrário ao bom senso; temos também o significado de absurdo, disparate, despautério. A marca

“contra” produz um efeito de sentido de ambivalência, dúvida, contraposição, desconfiança.

A marca contrasenso instaura uma relação imaginária entre duas posições: de um lado, o policial-funcionário-cidadão; de outro lado, o Estado-superior-hierárquico-patrão. A marca contrapartida também funciona de forma semelhante. Quando o policial fala em contrasenso, ele fala de algo que se coloca “contra o senso”, contra aquilo que faz sentido para ele. Parece ser a flutuação deste sujeito de uma posição de funcionário-cidadão que deve fazer circular o poder e uma outra posição relacionada ao Estado-patrão que tenta subjugar/concentrar/absolutizar o poder no sistema, impedindo a sua circulação pelas redes sociais. Em uma tal situação, o sujeito-policial precisa instaurar práticas e modos de interpretação das práticas que vão necessariamente provocar negociação entre a abordagem cidadã e a abordagem autoritária, portanto, ele vai precisar pensar numa forma outra de deslizar pelos lugares sociais de poder.

Como podemos observar, o sentido atribuído ao policial-funcionário-público é “saber tratar a todos com solidariedade e respeito”. Entretanto, ele busca um reconhecimento que, segundo ele próprio, o Estado-patrão ou o Estado-superior-hierárquico não lhe dá. O Curso, neste sentido, “parece ser uma janela aberta”, em que ele pode queixar-se de todos os males causados por este Estado-Pai. Uma relação de ambivalência, a partir de sentimentos de amor e ódio, concomitantemente.

Fortalecer, abastecer, enquadremos

Estas três marcas evidenciam sentidos associados ao militarismo.

No caso de:

[...] que as autoridades tentem hoje fortalecer e abastecer os homens
[...]

São marcas bastante acentuadas, porém parecem atenuadas ao serem precedidas do verbo “tentar”. No trecho “[...] que as autoridades tentem [...]” se estabelece uma relação que coloca em suspensão as marcas que as sucedem.

Também é atribuída às autoridades a incumbência de tentarem mudar a atual situação dos policiais e não a eles próprios, situando o sujeito-policial submetido às tentativas das autoridades em fortalecer e abastecer os homens encarregados da segurança pública.

Fortalecer, abastecer, enquadrar representa o emprego de palavras que provém do discurso da corporação policial, retomadas pelo sujeito. O verbo tentem que as antecede, atuando como um modalizador de fortalecer e abastecer, representa a resistência em acreditar piamente que as ações indicadas aconteçam de fato; no discurso policial elas têm um lugar marcante, mas o sujeito-policial não está seguro de ser "fortalecido", através de recursos vários que os "abasteçam" das condições necessárias para exercer suas funções.

No enunciado "[...] para que nos enquadremos com as normas mundiais", a marca lingüística enquadremos confirma os sentidos evidenciados nas marcas anteriores. Porém, podemos explorar a partir desta marca sentidos que se relacionam a um universo para além daquele evidenciado no sentido de profissão-policial como estritamente técnico, militar, reprodutivo, submisso.

Como se trata de um policial já com longo percurso de experiência como policial militar, estamos diante de alguém que em sua formação profissional inicial aprendeu que ser policial é enquadrar-se ao modelo disciplinar, adaptar-se ao modelo hierarquicamente verticalizado.

Parece paradoxal, mas os policiais militares, apesar de todo o ritual de formalidade em torno da questão disciplinar e da "pronta obediência", diferentemente dos policiais civis, foram aqueles que mais se dispuseram e se expuseram ao diálogo em situação de sala de aula. Os policiais civis são mais "indisciplinados" e "desregrados" no que se refere às condições necessárias a um debate em sala de aula que se proponha participativo. Dessa forma, tenderíamos a pensar que estes estariam mais pré-dispostos à interlocução. Entretanto, acontece o contrário. Os militares, com seus "excessos", surpreendem com sua participação, com seu interesse em adquirir novos conhecimentos, assim como a forma aberta com que expõem as contradições institucionais.

Neste pronunciamento, percebemos, em um primeiro momento, que o policial delega às autoridades os rumos da segurança pública. Mas também podemos perceber que há um sentido de dúvida ao ser escolhido o verbo "tentar": "que as autoridades tentem (...)". Tentar fortalecer também pode estar relacionado a um sentido de resistência, pois se o curso é proposto e estruturado

pelas autoridades competentes, cabe aos policiais se “enquadrarem” às novas regras do jogo?

Também a utilização do verbo “achar”, logo no início da sentença, aponta e reforça o sentido de dúvida. Ao dividirmos este pronunciamento em duas partes, vamos verificar que as duas primeiras sentenças revelam sentidos de dúvida, desconfiança, insegurança, mesmo com a posterior utilização de verbos fortes como “abastecer” e “fortalecer”. O que se segue aponta para o perigo da mudança: “Mas a de se ter um cuidado (...)”. O policial também se inclui, pois a escolha pela terceira pessoa do plural do verbo “tirar” alude a uma adesão: “(...) para não tirarmos a essência (...)”.

Neste pronunciamento verificamos uma alusão ao discurso pedagógico situado dentro de uma perspectiva salvacionista: o curso como uma forma de “fortalecer e abastecer os homens encarregados da segurança da comunidade de conhecimentos (...)”.

O uso do verbo “fortalecer” e “abastecer” sugere que os policiais não estão fortes e abastecidos, situando o curso como um meio possível de fortificação. Se o sujeito diz que é preciso tentar fortalecer é porque ele crê que não está fortalecido. Se tivesse ocorrido uma utilização do tipo “fortalecer mais” ou “fortalecer ainda mais”, até poderíamos descartar a hipótese da fraqueza ou deficiência do policial, visto que se admitiria o curso apenas como um elemento a mais.

Como podemos observar, o que se segue no enunciado sugere um sentido de repressão, característico da trabalho policial a partir de uma visão mais tradicional, ainda recorrente nas instituições policiais encarregadas da formação do policial: “para que nos enquadremos com as normas mundiais”. O conhecimento é entendido como acúmulo, em que o aluno-policial recebe o conhecimento demandado, enquadrando-se ao que é estabelecido.

Mas também não podemos deixar de destacar na análise da marca lingüística enquadremos um outro importante elemento, associado diretamente à tensão estabelecida entre as fortes prerrogativas da tradição da ditadura militar, que desconsiderava os acordos internacionais sobre os limites da ação policial, e a progressiva reintrodução dos princípios do Estado Democrático e de Direito como promotor dos direitos humanos. As instituições policiais foram - e ainda são em grande parte - as que mais resistiram às mudanças acontecidas na sociedade pós-ditadura-militar.

Quando discutimos no capítulo 2 (item 2.1) a idéia de *foraclusão* institucional, a partir das considerações de Bisol (2002) sobre a questão, apontamos o movimento de resistência com que as instituições policiais encaram o controle externo das suas atividades. Mas o movimento de resistência com que elas se posicionam em relação a tudo que diz respeito ao caráter civil e as ameaças que a "civilidade" acarretaria ao seu estatuto de exceção institucional, não pode ser interpretado somente como um efeito exclusivo da ditadura militar. Foucault (1988) compreende que a organização do aparelho policial sempre esteve "ligada da maneira mais explícita a tudo o que, no poder real, excedia o exercício da justiça regulamentada" (p.189), daí, também, por que sofreram tão poucas transformações ao longo do tempo:

A organização do aparelho policial no século XVIII sanciona uma generalização das disciplinas que alcança as dimensões do Estado. Se bem que a polícia tenha estado ligada da maneira mais explícita a tudo o que, no poder real, excedia o exercício da justiça regulamentada, compreende-se por que a polícia pôde resistir com um mínimo de modificações à reorganização do poder judiciário; e por que ela não parou de lhe impor cada vez mais pesadamente, até hoje, suas prerrogativas; é sem dúvida por que ela é seu braço secular; mas é também por que bem melhor que a instituição judiciária, ela se identifica, por sua extensão e seus mecanismos, com a sociedade de tipo disciplinar (p.189).

Nesse sentido, o enquadramento "com as normas mundiais" ao qual faz referência o sujeito-policial em seu pronunciamento, através do recurso feito à palavra enquadremos, aponta para um sentido outro, não explícito, mas sugerido por intermédio da alusão às "normas mundiais". A questão dos direitos, ou melhor, a declaração dos direitos universais do homem, passa a tomar uma posição de destaque em disciplinas dos cursos de formação e dos cursos de atualização de policiais. A introdução da reflexão em torno dos direitos humanos problematiza a histórica tradição do poder público como um dos principais protagonistas de desrespeito desses direitos. A pauta de discussão dessa temática faz ressurgir o modo de entendimento diferenciado com que as instituições policiais têm lidado com o assunto.

O exercício da violência, conforme tem-se configurado atualmente, tem sido freqüentemente associado às condições diferenciadas de exercício da cidadania:

Certos autores vêm salientando o fato do exercício da violência, nas suas mais diversas configurações, estar relacionado à precariedade do contrato social no Brasil. Este seria a pré-condição para o estabelecimento e reconhecimento, a nível da sociedade, de certas regras de comportamento societário. Na medida em que se fizesse o contrato, os grupos sociais e os indivíduos teriam alguns direitos assegurados e, igualmente, deveres a cumprir. Assim, seriam cidadãos considerados como iguais no âmbito público e poderiam cobrar e coibir o não cumprimento do que foi acordado (SJS - Curso de Ações Básicas de Segurança Pública, 2001, p.16).

Assim, o enunciado “para que nos enquadremos com as normas mundiais” faz uma alusão, mesmo que não declarada explicitamente, à demanda estabelecida pela declaração universal dos direitos humanos. “Enquadrar”, além de vincular-se ao sentido de assimilação artificial das normas mundiais, justamente por este caráter de exceção institucional das organizações policiais de que falamos anteriormente, também pode remeter ao *modus operandis* das mesmas, ou seja, ao modo característico com que essas instituições historicamente construíram suas bases pedagógicas, sua forma de funcionamento, seus mecanismos, seus vínculos com o corpo social.

Queremos destacar, entretanto, que o trecho que antecede o enunciado “para que nos enquadremos com as normas mundiais” nos deixa pistas que talvez apontem para esse sentido “mecânico” em que situamos a marca enquadremos. No trecho “é de vital importância que as autoridades tentem hoje fortalecer e abastecer os homens encarregados da segurança da comunidade de conhecimentos para que (...)” sugere que, para que ocorra o enquadramento, é preciso tentar fortalecer e abastecer os policiais, pois estes estariam enfraquecidos e desprovidos de condições para tal.

Concreto, resposta, solução

Nos enunciados “porém queremos algo de concreto; uma resposta aos nossos anseios” e “queremos uma solução” destacamos as três marcas lingüísticas de ênfase: concreto, resposta e solução.

Consideramos essas três marcas semelhantes entre si, apontando para sentidos de insatisfação e associadas a uma demanda de esclarecimento e resolução. Apontam para algo que está faltando aos policiais e que esse algo que está faltando pode ser solucionado por intermédio de um outro que não o próprio policial em questão. Esse outro, que pode não ser propriamente o “talvez bem intencionado” a quem ele faz referência no início de seu pronunciamento - mas que não é esquecido, pois “dele” faz referência - não deixa de estabelecer um certo vínculo de proximidade, uma relação de “chamamento” desse outro.

Mas quem é esse outro a quem ele faz referência? Como podemos perceber, no trecho seguinte, o aluno-policial diz: “Eles” tem que nos ouvir e não só colocar “guela abaixo”...” O “eles” é colocado entre aspas e não é revelada a sua identidade, a não ser que façamos uma conexão com o trecho inicial do pronunciamento - “a intensão de quem está promovendo (...)” -, que também não sabemos exatamente de quem se trata, mas presumimos que possa ser “uma” autoridade, ou seja, o/os promotores do curso - “(...) quem está promovendo (...)”.

A utilização do verbo querer, conjugado no presente do indicativo e na terceira pessoa do plural, aguça nossa curiosidade. Mesmo tratando-se de um depoimento escrito sem a necessidade de que seu autor o assuma nominalmente como sendo seu, ele recusa o uso na primeira pessoa, fazendo recurso da conjugação verbal na terceira pessoa. Não estaria ele estabelecendo uma distinção entre o “nós”, o “quem está promovendo o curso” e o “eles”?

Através da marca solução surpreendemos o surgimento de uma tensão, ou melhor, de uma ambivalência. Ele quer “uma solução para os problemas, referindo que “não adianta só equipar a polícia. Porém, ao dizer - “não adianta” - que é insuficiente somente equipar a polícia como solução para os problemas, ele tem guardada na manga a solução. Para ele, equipar a polícia é uma questão importante, mas não é a única solução. Esta solução é relativizada e colocada em dúvida por intermédio de um problema maior que ele identifica como sendo de ordem social - o desemprego, a miséria. A problemática social

assume dimensão tal que, ao final de seu pronunciamento, ele acaba dizendo que “o problema é bem maior do que se imagina”, finalizando em tom mais otimista: “algum proveito, com certeza, tiraremos do curso”.

Equipar a polícia é uma solução concreta, mas o problema social não pode ser solucionado concretamente. Cabe destacar que o autor usa no singular as três marcas: “algo de concreto”, “uma resposta” e “uma solução”, mas curiosamente não faz o mesmo com a palavra problema, dizendo que: “queremos uma solução para os problemas”. Que problemas são? Por que não os identifica? Ele sabe realmente quais são os problemas? Os problemas na polícia são vários, mas o problema social é um?

CONCLUSÃO

Dentre alguns sentidos que podemos atribuir ao momento de conclusão de uma pesquisa, por certo que um desses sentidos, senão o melhor, é nos defrontarmos com a doce ingenuidade do começo. Começar sempre é prazeroso quando a escolha não é uma obrigação e quando desconhecemos as reais causas que a motivaram. Muitas das motivações internas de nossas mais profundas escolhas estarão sujeitas a permanecerem no aconchego da sombra. A tentativa de apreendê-las por completo inevitavelmente acarretaria num efeito de ilusão, um efeito ilusório de que teríamos competência para dominar totalmente os sentidos de sua existência, como se fôssemos senhores-criadores de sua razão de ser.

Sem nem sequer pedir licença, a escolha se aproxima, seduz com muita sutileza e, num processo vagaroso e sorrateiro, começa a fazer parte da nossa vida, a se misturar com os vários cheiros do nosso corpo, inclusive com aqueles dos quais nem ao menos chegamos a tomar conhecimento. E quando nos damos conta, já é tarde demais para desistir, não conseguimos mais dispensá-la ou guardá-la na gaveta até que um dia qualquer a vontade venha revisitá-la.

A brincadeira inicial, lúdica e prazerosa, enganosamente despreziosa, transforma-se num ritual cotidiano, obrigatório e obsessivo, invade o dia, dorme conosco, irmana-se ao inconsciente, produz sonhos maravilhosamente surrealistas em instantâneos de intenso prazer, mas também produz pesadelos inesquecíveis. E apesar de tudo isso, é bom. Talvez não tão bom, mas inevitável. A escolha já não é mais escolha.

Assim vai-se configurando uma estranha ambivalência. Afinal, é isso que procuramos quase o tempo todo aqui neste texto mostrar. A questão é que ela não se mostra, nem pode ser demonstrada. A gente se engana acreditando que a evidenciamos no discurso, na fala, nas enunciações. Mas dela somente sobram as marcas por onde passou. Às vezes visualizamos suas pistas, discretas, a silhueta sinuosa e o vigor de sua ausência-presença. Jamais sua majestade!

A escritura do processo desta pesquisa é também a escritura dos

fragmentos do meu processo, de como essa escolha passou a fazer sentido no meu dia-a-dia. Ou talvez fosse mais sincero e pontual dizer: de como e de quanto ela passou a revirar sentidos adormecidos em mim. A palavra sentido talvez tenha sido, durante todo o percurso desta pesquisa, a mais insistente! Nada mais simples e complexo do que agora colocá-la em evidência.

Mas falar de escolha, processo e sentidos também me convida a falar de desvios. São palavras que se tocam, se associam, se enamoram, mas que ainda não conseguem dar visibilidade suficiente ao corpo; ainda não é possível e não será possível atingir seu sentido originário. A escolha, o processo, os sentidos e os desvios. O processo dos desvios da escolha dos sentidos. Parece um jogo, um jogo de palavras. Uma brincadeira, lúdica e prazerosa, como no início. Mas já não é só o doce e ingênuo início, por isso é apenas um efeito ilusório de uma brincadeira, uma maneira de trapacear com a seriedade do processo e de dissimular a dificuldade de concluir.

Essas questões todas expressas de uma forma estética me fazem interrogar se entre dois pontos existe tão somente uma linha reta.

A incursão na Análise de Discurso, além de ser uma experiência nova em meu processo, de certa forma também pode ser entendida como um acontecimento. A decisão em investigar possibilidades de interlocução com a AD3, iniciada por Pêcheux em suas últimas reflexões, propiciou-me uma liberdade maior - e também um prazer - em resgatar elementos teóricos oriundos da Psicanálise e colocá-los a dialogar com autores originários de outros campos teóricos, como Bhabha, Foucault e Bauman.

Outro elemento que considero relevante resgatar aqui diz da tradição corporativa com que a formação e atualização dos profissionais da segurança pública tem sido tratada. Tradicionalmente, a formação de nossos policiais civis e militares ficava sob responsabilidade de quem era exclusivamente da área de segurança pública. Com o fim da Ditadura Militar e a retomada do interrompido Estado Democrático e de Direito, as instituições policiais passaram cada vez mais a ser alvo de interesse de outras áreas, abrindo espaço às disciplinas do campo das ciências humanas que nunca fizeram parte da grade curricular dos cursos de formação e atualização de polícias.

Nesse sentido, a segurança pública deixa gradativamente de ser uma caixa-preta à qual muito poucos tinham acesso, passando a ser cada vez mais foco de interesse e debates nacionais, agregando diversas áreas do conhecimento. Certamente que ainda não temos um diagnóstico dos impactos

que essas interferências outras têm causado no corporativismo das organizações policiais. Entretanto, percebemos que os policiais cada vez mais estão sendo convocados a se posicionarem, possibilitando que sentidos antes negados e reprimidos venham à tona.

Por um lado, um dos objetivos desta pesquisa foi “evidenciar” sentidos “produzidos” pelos policiais civis e militares, diante da atual política de segurança pública, em andamento desde 1999. Procuramos perceber de que forma os próprios policiais significam as mudanças em andamento, entendendo o Curso de Ações Básicas como um acontecimento discursivo.

Por outro lado, percebemos que os sentidos “evidenciados” nos dizeres dos sujeitos-alunos-policiais contribuem para a construção de um conhecimento específico na área da Psicologia voltada à segurança pública, de modo que a Psicologia ganhe sentido na educação continuada do policial civil e militar. Assim como também contribui para subsidiar o trabalho pedagógico do psicólogo para a formação continuada destes profissionais, constituindo a produção crítica desse campo de conhecimento.

Também procuramos verificar como cada instituição policial recebe e acolhe a demanda de um trabalho vindo do campo das Ciências Humanas, assim como ela mesma formula essa demanda, haja vista o tradicional descaso com que os cursos de formação de policiais têm entendido a formação humanista em relação à formação técnica, ou então a dissociação entre ambas, ou seja, a dificuldade de diálogo entre o “mundo” da técnica e o “mundo” da vida.

Encerramos fazendo uma referência ao trecho do texto de Hannah Arendt, ilustrado como epígrafe nesta dissertação, cuja marca nihilista traduz a condição em que se encontra a relação entre o homem e o mundo do trabalho. A promessa de felicidade, produzida pela era moderna, glorificou teoricamente o trabalho, estimulou insistentemente a produção em série, convenceu legiões inteiras a trocar força de trabalho por uma promessa que nunca se cumpriu.

Essa promessa que ainda não se cumpriu, da qual nos fala Arendt, é a mesma que atualmente é defendida por uma certa política globalizada ao propor a “flexibilização” das relações trabalhistas? Ou então: alguns dos sentidos que surpreendemos nos dizeres dos sujeitos-alunos-policiais não traduzem de certa forma o caráter de descontentamento como “resposta” a essa promessa que ainda parece tão distante?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ed., 2001.
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 3ed., 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 7ed., 1998.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999 a.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.
- BENJAMIN, Cid. *Hélio Luz: um xerife de esquerda*. Rio de Janeiro: Contraponto Relume-Dumará, 1998.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BISOL, José Paulo. Foraclusão institucional. In: FREITAS, Isabel; MARIANO, Benedito Domingos (orgs). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: Corag, 2002.
- CHNAIDERMAN, Miriam. Línguas(s)-linguagem(ns)-identidade(s)-movimento(s): uma abordagem psicanalítica. In: SIGNORINI, Inês (org). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 6ed., 1988.
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu. Rio de Janeiro: Imago, 1974. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.
- FUNDAPES/RS - Fundação Riograndense de Desenvolvimento de Pesquisas. *Formação de formadores*. Porto Alegre, nov. 1999, 76p.
- GADAMER, Hans-Georg. A incapacidade para o diálogo. In: ALMEIDA, Custódio Luís Silva de; FLICKINGER, Hans-Georg; ROHDEN, Luiz. *Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer*. Porto Alegre: Edipucrs,

- 2000.
- GADET, F. e HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2ed., 1993.
- GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2ed., 1986.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- LENHART, Volker. Pedagogia de direitos humanos numa perspectiva intercultural. In: JR, Paulo Ghiraldelli et al. *Filosofia, sociedade e educação*. Marília, SP: MG Editora, 1998, ano II, n.2.
- ORLANI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. Agressividade e violência: o normal e o patológico. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.522-543.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2ed., 1997.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (orgs). Campinas: Pontes, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo: USP, 9:45-56, março-maio 1991.
- ROZITCHNER, León. *Freud e o problema do poder*. São Paulo: Escuta, 1989.
- SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA. Curso de atualização sobre ações básicas de segurança pública - uso da força e da arma de fogo. Porto Alegre, agosto de 2000.
- SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: SIGNORINI, Inês (org). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- SILVA, Cláudio Barros. Considerações sobre o controle externo das polícias. In: FREITAS, Isabel; MARIANO, Benedito Domingos (orgs). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: Corag, 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- _____. A constituição heterogênea do sujeito discursivo: um exercício de análise em partido alto de Chico Buarque. In: CORACINI, Maria José; PEREIRA, Aracy Ernst (orgs). *Discurso e sociedade: práticas em análise do discurso*.

Pelotas: EDUCAT, 2001.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Lígia C. *Lacan: operadores da leitura*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ANEXO

Corpus discursivo

- [1] “A matéria Desenvolvimento Humano e Social, como tudo é um aprendizado baseado nas experiências dos outros, como costume pensar e falar é melhor aprender com as experiências (ruins) dos outros do que com a dor do nosso próprio aprendizado. Vejo um descontentamento geral por parte das duas Policias no que diz respeito ao critério das promoções, (o que é verdade) isto deveria ser repensado, mudado”.
- [2] “Embora alguns colegas tenha comentados que acham errado serem convocados e não convidados para estas reuniões em que sempre se aprende um pouco mais; eu acho os curso importantes para a nossa atividade, pois a sociedade esta sempre em constante mudança e temos que reconhecer que devemos nos adaptar ao novo sistema. É errado pensarmos que fazendo um curso de alguns meses, sairemos dali sabendo tudo. É bom nos relacionarmos com nossos colegas da Civil e Susepe, passarmos e aprendermos coisas do dia a dia de cada um”.
- [3] “Esta materia me fez entender a sua importância, na medida em que, num dia como hoje, tive a oportunidade de falar com pessoas, totalmente diferentes das outras até que elas começaram a falar de suas experiências. No meu ponto de vista acredito q. Este trabalho desenvolvido p/professor Leonidas Taschetto, será de muita valia, se ele como responsável por esta avaliação, souber filtrar muito bem o que foi dito. Se fizer um relatório e encaminhar aos responsáveis, que nesse caso é o nosso Secretário da Justiça e da Segurança. Caso contrário, isso tudo não passara de mais uma conversa e principalmente um desperdício de recursos publicos! Pelo que ouço falarem, o que esta sendo feito hoje, esse trabalho tem a sua importância; mas como já disse, só terá efeito se for levado a

conhecimento das autoridades responsáveis por estes Servidores”.

- [4] “O curso me parece ser uma janela aberta, onde podemos gritar as nossas angústias, medos e sofrimentos; A final somos pessoas, seres humanos. Temos direito de sermos ouvidos, e tratados como tais. Pois me parece um contrasenso. Como policial, funcionário público; saber tratar a todos com solidariedade e respeito. Sem em contrapartida recebermos o mesmo; tanto do Estado, como de nossos superiores. Tanto no que diz respeito a valorização salarial, como no que diz respeito as melhores condições de meios para realizar o serviço.
Eu acredito numa mudança para melhor. Do contrário, essa instituição vai acabar. Pois não está contentando ninguém; nem a sociedade, nem seus próprios funcionários”.
- [5] “No Meu Trabalho Existe Muitas Determinações, Muitas Regras; Típicos do Regime Militar. Comparando Com a Literatura dada, Não Nos acostumamos, Seguimos As Normas Porque É Preciso; Porém, Alimentamos Um Sonho; Que Estas Normas Mudem. Nós Seguimos As Determinações E A População Sofre Com O “Desconforto” do Policial”.
- [6] “Avaliação Final
É muito mais vantagem estar um dia em sala de aula, apreendendo a trabalhar melhor na rua, do que sair como um louco sem saber o que fazer.
A instrução é a melhor coisa para o seu desenvolvimento.
- A requalificação;
- A reciclagem;
São parâmetros fundamentais para a sua aprendizagem na teoria e logo após ser colocado em prática na linha de frente.
É apreender a desenvolver o humanista em si, sendo a autoridade, sem ser autoritário.
Esta matéria é boa, mas é apenas um pedaço em um enorme quebra-cabeça.
Afinal - boa instrução”.
- [7] “Entendo que esse curso é válido, na medida que busca atualizar os conceitos sobre Desenvolvimento humano e social. Entretanto, é necessário muito mais.
Os policiais, a princípio, devem ter uma formação mais profunda. Primeiro, devem receber conhecimentos mais à miúde, seja nas áreas de legislação, relações humanas e por fim, as técnicas.

Os cursos de formação deveriam durar, no mínimo dois anos. Os trabalhadores da segurança pública deveriam treinar exaustivamente as técnicas de abordagem, situações de risco, ocorrências com reféns. Em relação a este último, será que em Caxias tem um grupo especializado em resgate de reféns. Pelo que eu saiba, não existe.

Concluindo, o curso é válido, mas não resolve o problema da atuação da polícia. Primeiro, por que viemos do seio da comunidade, quase a totalidade de classe baixa. Como vamos querer uma polícia de primeiro mundo (que também erra).

Então, é mister mudarmos a formação do policial e isso inicia por uma boa estrutura familiar e educacional, passando pelo suprimento das necessidades básicas de cada um. Depois, pagar ao funcionário policial um salário digno, capaz de resolver as necessidades básicas de cada um (casa, escola, lazer, transporte, etc.).

Mas isto é questão de vontade política, aliado à conjuntura econômica do país. É isso que eu entendo".

- [8] “Em poucas palavras, posso dizer, e digo, que o curso, mesmo que curto, fez e faz com que despertássemos para um outro horizonte, para um direcionamento em que minha voz, será ouvida, em que a vontade de me posicionar diante de determinados assuntos, só depende de minha pessoa, só depende de minha vontade. Pois na realidade sou um cidadão como outro qualquer”.
- [9] O curso é uma louvável iniciativa que visa a reciclagem dos homens envolvidos na segurança pública para que percam certos “ranços” e vislumbrem outros horizontes”.
- [10] “Em referencia ao curso, o desenvolvimento humano e social tem haver com a nossa atividade social, digo policial, que para chegar a conhecimento do desenvolvimento humano e social, temos que fazer o curso, para apreender a trabalhar, porque o policial tem que trabalhar mais com a inteligência do que com a força ou arma de fogo. A polícia tem um papel importante na sociedade e por isto tem que estar atualizada através de curso que a ACADEPOL, nos proporciona”.
- [11] “O curso é interessante, fora que o tempo é pouco. Deveria haver mais cursos como este, que nos proporciona integração entre colegas. A intenção é boa, mas acho que este curso teria que ser dado também a Delegados e Oficiais da BM. Acho que se a intenção é unir, a Chefia teria que estar presente, começar a revisão interna”.

- [12] “A intenção de quem está promovendo este curso talvez seja das melhores, porém queremos algo de concreto; uma resposta aos nossos anseios. Chega de teoria, está na hora de colocar em prática os ensinamentos, começando do pico da pirâmide. “Eles” tem que nos ouvir e não só colocar “guela abaixo” e não só fazer de conta que estão ouvindo aos nossos questionamentos. Queremos uma solução para os problemas, não queremos que fique só no “faz de conta”. Porém temos o problema social; não adianta só equipar a polícia. O desemprego, a miséria continuam. Conclusão: o problema é bem maior do que se imagina. Algum proveito, com certeza, tiraremos do curso”.
- [13] “Realmente eu acho que a preocupação hoje com os rumos da segurança, faz sentido. É de vital importância que as autoridades tentem hoje fortalecer e abastecer os homens encarregados da segurança da comunidade de conhecimentos para que nos enquadremos com as normas mundiais. Mas a de se ter um cuidado para não tirarmos a essência que cada policial traz, a herança histórica que mantém estes firmes e leais. Sob pena de haver uma desmotivação geral e em consequência disso um total crescimento da criminalidade”.
- [14] “O curso está servindo para que mais pessoas, professores, conheçam a realidade da Classe Policial, que vem sendo desprezada e humilhada constantemente. Ainda, nos proporciona um conhecimento melhor de campos onde não tínhamos idéia do seu conteúdo. Espero, que mais esse curso, sirva para abrir os olhos dos nossos comandantes, principalmente Secretário de Segurança, do que está ocorrendo e no que está transformando Polícia...”
- [15] “De tudo que assistimos ou que ouvimos, tiramos conclusões, ninguém é tão sábio que não precise aprender, mas nada e nem tão ignorante que não possa ensinar nada a ninguém. Tudo é válido, o curso, para conhecimento e proveitoso pois a cada dia aprendemos algo novo. No contexto de benefício para a profissão não acrescenta muita coisa pois acredito eu, tem cunho político e não visa qualificar o profissional para que possa venha este empregar em sua função. A psicologia deveria ser empregada com o funcionalismo para que soubesse quem são e os que precisam de acompanhamento e não como forma de palestra. Deveria Existir Democracia”.
- [16] “Em minha profissão muitas vezes nós não se damos conta do que está

acontecendo, conosco. Se preocupamos em fazer o serviço certo, cumprir ordens e cumprir a lei e acabamos esquecendo de lutar por interesses nossos”.

- [17] “Sou um profissional que procuro agir sempre dentro da razão, preocupo em não deixar que a emoção interfira nos problemas diários de ocorrência, para não incorrer em erro, preocupo com a integridade física minha e daquele colega que estiver de serviço comigo”.
- [18] “Me acho inserido na organização Policial e procuro cumprir com minhas obrigações, levando sempre em mente que sou apenas um grão de areia no deserto que é a nossa organização”.
- [19] “1 - Desabafo. 2 - Espero que mude. 3 - Continuo sendo cético quanto a mudanças. 4 - Se ocorrerem será para melhorar o escalão superior. 5 - Espero que provem-me o contrário”.
- [20] “Sobre o curso; ele é válido, mas tem que ter continuidade e seguimento até as pessoas que administram os órgãos Público, para que elas conheçam melhor a situação do funcionalismo público (salário, condições de trabalho, materiais), vindo então a valorização humana e não só cobrança”.